

Mãos Dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

(Carlos Drummond de Andrade, *Sentimento do Mundo*)

Sumário

Apresentação	1
Perspectivas para o estudo das relações intergrupais Gerardo Menéndez.....	3
Imprensa e política no pós-"nova República": notas sobre a evolução recente da intervenção política da imprensa e sua investigação Fernando Lattman-Weltman	15
As possibilidades do conhecimento segundo Weber e o ceticismo: uma abordagem preliminar Marcelo da Costa Maciel	25
Individualismo em Marx e Tocqueville Alessandra Aldé.....	35
Mercado e insatisfação: algumas notas sobre o trabalho de Hirsch Alexandre Gheventer.....	41
Ensaio de curso Ângela Fatorelli.....	45
Ciência e tecnologia no Brasil: o caso do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron Marcelo Burgos.....	51
Publicidade, política e juízo em H. Arendt Paulo Sérgio Daflon Barrozo	59
Identidade de gênero, identidade sexual e cultura: as transformações das diferenças sexuais e das relações de gênero num enfoque interdisciplinar Marlise Míriam de Matos Almeida.....	67
Economic policy-making in developing countries: a theoretical model and case study of Brazil, 1945-64 Mona Marie Lyne	81

Apresentação

Em meados de 1994, alguns alunos conversavam sobre a necessidade que sentiam de discutir seus trabalhos acadêmicos com outros colegas, no intuito de sair do isolamento que, muitas vezes, acompanha a produção intelectual. Outra exigência que se impunha, naquele momento, correspondia a um maior intercâmbio entre as áreas de Sociologia e Ciência Política, que permitisse a abertura de canais de troca entre disciplinas tão fronteiriças. Visando atingir tais resultados, surgiu a idéia de criar dentro do IUPERJ um espaço de debates para seus alunos.

O primeiro módulo de organização desses debates a ser pensado consistia em encontros mensais que reunissem três alunos em torno do tema da pesquisa de um deles. O palestrante faria uma exposição sucinta dos principais pontos norteadores do seu trabalho e os outros dois colegas, de preferência um de cada área, apresentariam sugestões e críticas ao mesmo. Ao final desse ciclo, o debate seria aberto ao público - constituído essencialmente de alunos da instituição -, na expectativa de novas contribuições.

Em novembro desse mesmo ano, pela primeira vez, foi implementada a idéia. Nascia o Fórum de Debates dos Alunos do IUPERJ que, desde então, realizou nove reuniões com esse formato (com uma exceção, quando foram apresentados três pequenos ensaios de teoria), alternando sempre a área acadêmica do aluno expositor.

Cadernos de Sociologia e Política é o resultado desses eventos. De certa forma, é a síntese de um duplo movimento. Por um lado, a publicação consolida uma primeira fase, correspondente à integração do corpo discente e à materialização do debate acadêmico entre os alunos. Além disso, significa também o início de novos desafios. A inserção dos cientistas sociais no mercado de trabalho, a integração dos alunos de pós-graduação em Ciências Sociais do Rio de Janeiro, a participação nos debates contemporâneos do país são algumas das questões relevantes a que o Fórum deve dedicar maior atenção. A edição desses seminários, portanto, é um esforço inicial de dialogar com o público externo. Afinal, é preciso percorrer o caminho que amplia o debate intra-institucional e que privilegia novos interlocutores.

É importante agradecer o apoio dado pela instituição, o qual não se traduziu apenas na viabilização da publicação, mas também no respeito e atenção para com as atividades do Fórum. Somos gratos, igualmente, aos professores e funcionários que nos estimularam, entre os quais, destacamos o professor Cesar Guimarães, diretor de Seminários e Publicações, e Valéria Rodrigues, secretária de pós-graduação. Agradecemos ainda aos colegas que, embora já não estejam na Casa, colaboraram decisivamente na trajetória percorrida. Finalmente, agradecemos aos alunos de Sociologia e de Ciência Política que, através de palestras, debates, reuniões ordinárias, colaborações etc., tornaram possível esta nova etapa. Desnecessário dizer que a publicação é resultado de muitas mãos.

Agora, convidamos os leitores à ação. Façam calar as vozes que vêm de dentro. Superem o que dizem. Tornem tudo obsoleto. Produzam novos movimentos.

Rio de Janeiro, novembro de 1995.

Marcia Dias
Ricardo Ismael
Robert Wegner
Vladimyr Lombardo Jorge

Perspectivas para o estudo das relações intergrupais

Gerardo Menéndez*

A necessidade de estudar a dinâmica intergrupar em si mesma, e não como uma variável dependente de fatores estruturais ou históricos, se faz mais urgente nos últimos anos. No Brasil, fenômenos tais como a “*guetificação*” das grandes cidades em favelas impenetráveis ao poder público, condomínios fechados, “zonas Sul” e “zonas Norte” etc. e o crescimento do movimento separatista nos estados do Sul são fenômenos que ameaçam a coesão social. A estigmatização de diversas identidades dominadas, tais como “negros”, “favelados”, “suburbanos”, “pivetes”, “nordestinos”, mas também a crescente deslegitimação de identidades “dominantes” como “político”, “policia”, “juiz” e “empresário”, convertem os mecanismos da tipificação social em variáveis especialmente importantes para a discussão de um projeto de modernização. O estudo das relações entre grupos deixou de ser importante só para sociólogos especializados em “*ganges*”; ele é cada vez mais relevante para compreender aspectos relacionados à constituição mesma da sociedade e às suas transformações mais gerais.

Gilberto Velho, em seu último livro, salienta a importância de aprofundar a compreensão sociológica da relação entre grupos, e das possíveis maneiras de reverter o processo de atomização que afeta a sociedade.

“[...] a possibilidade de repensar ou redesenhar os limites entre os *in-groups* e os *out-groups* é uma questão sociologicamente fascinante e crucial em termos políticos e éticos. Quanto maior a ampliação dessas fronteiras e mais abrangente a percepção do universo de referência, melhores serão as possibilidades de um projeto social efetivamente democrático. As fronteiras sociológicas não são definitivas e nem devem ser congeladas, seja pelo pesquisador seja pela ação política. Ao se entender a sociedade como um complexo processo de negociação da realidade, abre-se a possibilidade de compreender e estimular mudanças política e eticamente desejáveis” (Velho, 1994, p. 113).

O autor convoca para uma tarefa na qual quase tudo está para ser feito. O tipo de abordagem que ele propõe, que poderíamos chamar de fenomenológica,

* Mestre e doutorando em Sociologia no IUPERJ.

fornece ferramentas teóricas muito abstratas para “redesenhar os limites entre os *in-groups* e os *out-groups*”. A ampliação das fronteiras dos grupos de pertencimento e a promoção de relações mais tolerantes entre grupos diferentes exigem um aprofundamento nos mecanismos motivacionais e cognitivos envolvidos muito mais específico do que o que a sociologia tem realizado até agora. Para isto, é possível recorrer às contribuições de disciplinas que têm estudado mais concretamente os mecanismos psico-individuais e situacionais da formação e mudança das atitudes e do senso comum. A psicologia cognitiva estudou fartamente as estratégias e as limitações do julgamento social e da formação de crenças do senso comum. A filosofia e a sociologia da ciência assinalaram as limitações da razão lógica e da observação exatamente no campo em que estas pareciam reinar com mais obviedade, e servem, portanto, como fontes de idéias para enxergar mais realisticamente a dinâmica das crenças na sociedade em geral.

Tomando esta perspectiva como marco muito geral, os preconceitos só podem ser vistos como formas normais de organizar a realidade para poder agir em situações cotidianas. Eles são, nesse sentido, parte das assunções não-explicitas necessárias para a continuidade das práticas rotineiras. Não se diferenciam, portanto, de outras classes de pré-julgamentos considerados normais e necessários, como, por exemplo, o que nos leva a supor que o funcionário do correio, que nunca vimos antes, fará chegar a nossa carta ao seu destino, através de procedimentos não bem conhecidos. A distinção entre o que é preconceito e o que é um juízo certo é uma questão valorativa.

A psicologia social

A psicologia cognitiva preocupou-se em estudar empiricamente os raciocínios utilizados pelo indivíduo leigo para fazer julgamentos acerca das causas dos acontecimentos e prever o comportamento futuro, tanto da realidade natural quanto dos outros indivíduos e grupos. As “heurísticas intuitivas” utilizadas pelas pessoas em situações comuns são comparadas com as “ferramentas que guiam a pesquisa científica formal” (Tversky e Kaneman, 1974 e Nisbett e Ross, 1980). A literatura sobre o tema apresenta evidência de que o tipo de processos mentais que as pessoas usam para problemas particulares se afasta dos padrões normativos de inferência. Estes desvios não são atribuíveis só a fatores motivacionais ou culturais; o contexto de laboratório em que estas pesquisas são realizadas permite controlar estes fatores. Este tipo de pesquisa é realizada também pela chamada psicologia da “percepção social”, dedicada ao estudo da formação e mudança das crenças relativas ao comportamento de indivíduos e grupos, e da formação de estereótipos e generalizações de *status*.

A noção de “percepção” e a distinção entre um conhecimento “leigo” e outro “científico” parecem contradizer-se com a perspectiva fenomenológica comentada mais acima. Eles sugerem a separação entre o sujeito que percebe e uma realidade “verdadeira” a que ele pode ter acesso com a ajuda da ciência. Efetivamente, a psicologia cognitiva pode, a princípio, ser mais identificada com a perspectiva objetivista do que com a interpretativista. No entanto, deve se levar em conta que a psicologia social não vê o conhecimento do senso comum como algo que possa ser “melhorado” comparando-o com a imagem “certa” da realidade. Pelo contrário: o que se tenta é entender a lógica própria do senso comum. O que é considerado “erro” (*error*) no contexto do laboratório não resulta necessariamente em uma “equivocação” (*mistake*) na vida real (Funder, 1987, citado em Hewstone, 1989). Ou seja, certas distorções da realidade do ponto de vista da - para usar termos fenomenológicos - “estrutura de relevâncias” da ciência podem ser formas adequadas de organizar a complexidade do mundo para as necessidades do indivíduo em questão. É nesta acepção do conceito de “erro” que se devem entender os resultados e conclusões do tipo de pesquisa realizada por esta e outras correntes da psicologia social cognitiva.

Ainda aceitando que os supostos teórico-epistemológicos não sejam congruentes com os que se pretende levar adiante, este tipo de abordagem deve ser, no mínimo, uma fonte heurística inestimável. Na minha opinião, é muito mais útil partir de pesquisas feitas com rigorosidade e critérios comunicáveis, do que da pura especulação autoconfirmadora.

A seguir, comentarei brevemente algumas linhas de reflexão e pesquisa da psicologia da percepção social, para depois, tirar algumas conclusões sobre os seus resultados desde um ponto de vista mais fenomenológico.

A atribuição de causas à conduta dos outros

A Attribution Theory (AT) é uma corrente que compreende uma imensa massa de pesquisas sobre os raciocínios utilizados pelo indivíduo leigo para atribuir causas, e surgiu a partir da obra do psicólogo austríaco Fritz Heider (1944, 1958). Segundo a AT, é inerente à percepção do mundo pelo homem a tentativa de encontrar as razões necessárias e suficientes para a ocorrência de cada evento particular, que ele procura para ser capaz de prever eventos futuros (Hastorf, 1970, p. 63). A atribuição de causas ao comportamento dos outros seria, imediata e inconsciente, um fenômeno *a priori*, inerente à própria percepção, e não um raciocínio posterior. Por isto, ela deve ser ubíqua: o ser humano jamais perceberia um acontecimento sem implicitamente atribuir-lhe uma causa.

Com estes supostos, desenvolveu-se uma enorme tradição de pesquisa de laboratório destinada a estudar de que maneira o indivíduo forma seus julgamentos causais e suas previsões sobre o comportamento de outros indivíduos e grupos.

Estudos clássicos dentro desta corrente (Kelley, 1967) pesquisaram a questão de como as atribuições causais são feitas a partir de múltiplas fontes de informação. Interessa saber de que maneira o sujeito avalia a co-variação de eventos. A hipótese geral é de que pode existir algum tipo de analogia entre os métodos utilizados pelo indivíduo leigo e o modelo ideal do método científico. Tratou-se de saber se a pessoa leiga aplica algo parecido à técnica estatística da análise de variância para atribuir causas.

A análise de variância examina as mudanças em uma variável dependente (o “efeito”) quando as variáveis independentes (as “condições”) são manipuladas. Hewstone (1989) cita um exemplo tomado a McArthur (1972): a variável dependente expressada pela frase “João ri do comediante” pode ser causada por alguma coisa na pessoa (João), as circunstâncias (por exemplo, a ocasião em que o evento aconteceu), o estímulo (o comediante) ou, ainda, alguma combinação destes fatores. A explicação pode ser gerada perguntando se o comportamento se generaliza entre pessoas, (informação de *consenso*), entre circunstâncias (informação de *consistência*) ou entre estímulos (informação de *distinção*). O princípio de co-variação sugere que o efeito é visto como causado pelo fator com o qual ele co-varia. Assim, se só João ri do comediante, (baixo consenso), já fez tal coisa no passado (alta consistência), e também ri de todos os outros comediantes (baixa distinção) o efeito é visto como causado por algo na pessoa (João).

Não é possível resumir aqui os elaboradíssimos e incontáveis experimentos realizados para testar este tipo de hipótese. Mas pode se dizer que os resultados são modestos, no sentido de confirmar alguma forma de similaridade entre o tipo de utilização da informação realizada pelo indivíduo leigo e o esperado do tipo ideal de cientista. Tampouco parece haver algum padrão estável de desvio, que permita generalizar algum tipo de modelo. A conclusão é que, embora os sujeitos experimentais sejam capazes de processamentos sofisticados de informação sob condições específicas favoráveis, em situações normais, eles utilizam “heurísticas julgamentais” (*judgemental heuristics*), atalhos automáticos e irreflexivos, o principal dos quais é a disponibilidade (*availability*). Esta última consiste na tendência a julgar eventos como freqüentes, prováveis ou causalmente eficazes na medida que eles estão à *disposição* na memória. Esta heurística é falível, pois a disponibilidade memorial é determinada por fatores em grande parte arbitrários. Tversky e Kahneman explicam que as pessoas avaliam a freqüência de uma classe ou a probabilidade de um evento pela facilidade com que instâncias ou

ocorrências podem ser trazidas à mente. Por exemplo, avaliamos o risco de um ataque cardíaco entre as pessoas de meia-idade evocando tais ocorrências entre nossos conhecidos.

A metáfora da pessoa leiga como cientista amador cedeu lugar, cada vez mais, à idéia de que os indivíduos são “avarentos cognitivos”, regidos por um princípio de “economia cognitiva”, pela qual a busca de informação se limita àqueles dados capazes de confirmar as suas hipóteses ingênuas.

A formação de crenças sobre grupos

Outro grupo de autores relacionados a esta corrente dedicou-se ao estudo da formação e mudança de estereótipos de grupos. As origens desta tradição se remetem ao clássico estudo de Gordon Allport, *The nature of prejudice* (1954). Allport pensava que, dada a “separação de grupos humanos” e a saliência de traços sociais e físicos particulares (tais como raça ou sexo), os indivíduos usariam um princípio do menor esforço e agrupariam as pessoas aparentemente similares em categorias. Henri Tajfel iniciou posteriormente (1969) uma grande linha de pesquisa sobre a atribuição intergrupar. Ele considerou que os estereótipos seriam, em parte, apenas formas de fazer um mundo complexo mais manejável. Esta visão difere da mais tradicional, segundo a qual os estereótipos são um tipo de percepções senão bizarras, pelo menos especiais, que se diferenciam das demais por algum fator irracional: são inválidos ou gerais demais, não mudam perante evidência contra-factual etc. (Ashmore e Del Boca, 1981). Tajfel propõe um modelo que leva em conta o componente *cognitivo* e *racional* do comportamento humano; afinal, a maior vantagem adaptativa do homem é sua capacidade de modificar seu comportamento em função da forma em que percebe e entende a situação (Tajfel, 1969, p. 79-80). Este ponto de vista se opõe ao que concebe as idéias e crenças sobre grupos como projeções de poderosas forças *motivacionais*, como produtos de tendências profundamente enraizadas no passado evolucionário do homem ou em seu inconsciente.

Neste sentido, Tajfel se propõe inaugurar uma tradição alternativa à concepção “freudiana” da estereotipação, representada principalmente por Adorno e a Escola de Frankfurt, e suas pesquisas reunidas em *A Personalidade Autoritária* (Adorno et al., 1950). Tajfel e seus seguidores vêem os preconceitos como maneiras normais e necessárias de organizar o mundo, consequência da tendência do indivíduo a “simplificar para lidar” (*simplify to cope*). Uma teoria completa das relações intergrupais deve explicar não só a permanente hostilidade, mas também a cooperação entre grupos, condição imprescindível da existência mesma da sociedade.

Na medida que os estereótipos são formas práticas de simplificar o mundo, eles têm a mesma função e respondem à mesma lógica que a categorização de objetos não-sociais (coisas materiais, objetos formais). A psicologia social pode, portanto, aproveitar os resultados obtidos pela psicologia cognitiva no estudo da percepção de objetos.

Os traços ou características sociais podem ser empiricamente tratados como dimensões, da mesma maneira que peso e altura seriam se pudéssemos concebê-los apenas em termos comparativos de “mais” e “menos”, “mais curto” e “mais longo”, “mais pesado” e “mais leve”. É exatamente a mesma classe de afirmações que as que se faz quando se diz que alguém é “inteligente”, “honesto” ou “preguiçoso”: são juízos essencialmente comparativos, que dificilmente poderiam ser feitos em um vazio de afirmações absolutas (Tafjel, 1969, p. 92-93).

As variáveis comportamentais, como “honestidade”, “preguiça” etc., também são contínuas. Segundo Tafjel, na medida que adscrevemos dimensões contínuas a pessoas e grupos discretos, e que a tendência é simplificar até o máximo que a situação permitir, tenderemos a exagerar as diferenças, nessa dimensão, *entre* itens que caem em classes distintas, e a minimizar essas diferenças *dentro* de cada categoria.

Os mecanismos cognitivos que operam no nível da percepção de objetos podem, segundo esta perspectiva, explicar em grande parte o funcionamento da categorização de grupos sociais. O mais básico desses mecanismos é a chamada subcategorização.

As pesquisas sobre percepção de objetos mostram que existe um nível básico em que se tende a categorizar cada objeto. Por exemplo, ao ser-nos apresentada uma mesa, e a sermos consultados sobre o que estamos vendo, a maioria de nós responderá “uma mesa”, e não “um móvel”, nem “uma mesa de escritório”. Isso é o que se chama *nível básico* de categorização. É neste nível que são feitas as primeiras categorizações na percepção de um novo ambiente; também são as que as crianças aprendem mais cedo a dizer (Rosch et al., citado em Taylor, 1981). O aumento da familiaridade com esse tipo de objeto (se, por exemplo, o sujeito começa a trabalhar numa marcenaria) faz com que a categoria de nível básico perca a utilidade, e se comece a utilizar subcategorias (mesa de escritório, mesa de jantar).

Cantor e Mitchel (1979, citado em Taylor, 1981) mostraram que isto se cumpre também na percepção social. Os estereótipos são conjuntos de traços adjetivos que descrevem um grupo social. As mulheres, por exemplo, são consideradas passivas, dependentes, sociáveis, cálidas, intuitivas e sensíveis. Os homens são descritos como agressivos, ativos, independentes, analíticos e

confiáveis. Os judeus são categorizados como astutos, agressivos, avaros, materialistas etc. No entanto, este nível geral e abstrato de categorias raramente é usado em situações reais. Dificilmente algum integrante individual do grupo apresenta os traços previstos pelo estereótipo geral. Na medida que se adquire mais familiaridade com o grupo através do contato direto, vão se fazendo subcategorizações mais e mais finas dentro da categoria até que, em um certo ponto, a diversidade e o volume do contato faz com que a concepção abstrata do grupo não tenha mais valor cognitivo. Isto não significa que a percepção de indivíduos particulares não seja estereotipada. Com a maior familiaridade, a estereotipação começa a se dar em outro nível. Emergem subtipos que têm maior valor cognitivo que a categoria geral.

Este fenômeno seria um dos fatores que explicam o fato de que o contato direto entre grupos diferentes não parece diminuir o grau de preconceito entre eles. Quando um homem interage pela primeira vez com colegas de trabalho mulheres que são agressivas e competentes ao invés de passivas e incompetentes, possivelmente vai categorizar a mulher num subtipo mais específico, como por exemplo o que opõe “mãe de família honesta” / “prostituta carreirista”. Neste nível, os traços considerados positivos no nível geral (agressividade, competitividade etc.) estão associados ao valor negativo (prostituta carreirista), e os traços considerados positivos (submissão, passividade etc.) ao valor positivo (mãe de família). A subcategorização mantém assim uma avaliação de *status* negativa da mulher.

Muitos programas de dessegregação baseados na integração entre indivíduos dos grupos minoritário e majoritário como forma de diminuir o nível de preconceito têm fracassado. Normalmente, também se pensa que a difusão de casos de indivíduos de grupos minoritários que se destacam em diferentes atividades teria o efeito de diminuir a percepção negativa do grupo. Os estereótipos se mostram, no entanto, muito resistentes a este tipo de evidência. Segundo este conjunto de autores, o fenômeno da subcategorização dá conta de parte dessa resistência.

Este e outros mecanismos cognitivos são introduzidos por esta linha teórica como obstáculos para a mudança das crenças estereotípicas. Com esta mesma perspectiva, tentou-se saber em que medida e de que forma a nova informação afeta essas crenças. A base de comparação é, mais uma vez, o “método científico”.

Como já foi dito, para este tipo de abordagem, os estereótipos expressam uma relação entre o pertencimento a um grupo e algum atributo psicológico. O observador, em parte, elabora sua atitude a partir dos conjuntos de casos que experimenta. Todos os passos do que seria uma “versão idealizada do pensamento

científico” são violados pelo procedimento utilizado pela pessoa leiga. Hamilton (1981) enumera os seguintes: codificação; retenção de informação relevante; recuperação de informação da memória; integração da informação. Rothbart estabelece passos similares distribuídos entre o contexto de descoberta e o contexto de prova. Crocker (citado em Hewstone, 1989, p. 85) estabelece “os cinco passos separados do modelo normativa ou estatisticamente apropriado de como os juízos de co-variação devem ser feitos”¹.

Na codificação, influem elementos como o nível de categorização. Existe a tendência, segundo Rothbart, a usar uma categoria de ordem mais baixa quando se trata do *in-group*, e mais alta quando se trata de codificar a conduta do *out-group*.

Assim como o agente é codificado, os comportamentos também devem sê-lo. Neste caso, um fator que joga a favor da codificação confirmadora das crenças prévias é o caráter difuso da maioria das variáveis comportamentais. Estudos sobre pseudo-pacientes psiquiátricos (pessoas normais internadas em hospitais psiquiátricos com pretextos falsos) salientam o poder das etiquetas “mentalmente doente” e “esquizofrênico” para incorporar praticamente qualquer comportamento como instância confirmadora das mesmas, o que as torna tão difíceis de remover (Rosheman 1973, citado em Rothbart).

Uma vez que os comportamentos foram codificados, avalia-se a magnitude da correlação entre a ocorrência do mesmo e o pertencimento a cada grupo. Nesta etapa também acontecem desvios. Eles se devem a tendências simplificadoras como a comparação de freqüências, ao invés de percentagens.

A conclusão geral é que existe uma contínua inter-determinação entre as expectativas do indivíduo e os dados correspondentes a essas expectativas. Isto atentaria, segundo Rothbart, contra o princípio básico da independência de hipótese e verificação do próprio do pensamento científico. “O efeito desta não-independência é um sistema autoconfirmatório que, pela sua inércia, cria estabilidade (maior do que a que realmente existe) e falta de conformidade com a informação desconfirmadora” (Rothbart, p. 175).

¹ Elas são: 1) Decisão sobre quantos e que tipo de dados recolher; 2) amostragem de casos; 3) classificação de instâncias em termos do tipo de evidência (casos confirmadores ou desconfirmadores); 4) recuperação dos dados recolhidos e estimação das freqüências de cada tipo de evidência; 5) combinação da evidência para fazer um julgamento.

Para uma nova compreensão da mudança das crenças do senso comum

Os estudos mencionados buscam encontrar no conhecimento do senso comum, senão algo parecido com critérios científicos, pelo menos algum tipo de padrão identificável de afastamento.

Como vimos, os resultados não fornecem as pistas buscadas. Minha sugestão, neste ponto, é que a estratégia de partir da comparação com o pensamento científico para entender o pensamento cotidiano pode ser, em si, muito útil. O contexto da ciência, por ser localizado e padronizado, facilita a observação metódica, o que, entre outras coisas, tem permitido avanços muito maiores na sociologia do conhecimento científico do que na do conhecimento leigo. A falha talvez esteja não tanto na comparação em si, mas sim no modelo de ciência utilizado.

A idéia de um “método científico” baseado na inferência lógica e na observação, com definição prévia e precisa de hipóteses etc., tem perdido credibilidade na filosofia e sociologia da ciência atuais. O cientista real não estaria isento da influência das suas crenças teóricas sobre a observação, nem da tendência aos raciocínios autoconfirmatórios, nem da ação de interesses extra-científicos. Segundo os novos filósofos e sociólogos da ciência, o cientista não é racional porque os critérios do que é ou não é racional, e do que é ou não é uma observação válida, dependem do paradigma teórico. A distinção entre contexto de descoberta e contexto de justificação não seria válida no funcionamento da ciência real.

Se o cientista verdadeiro tem tão pouco em comum com o ideal de homem racional, com muito menos razão se pode esperar que o indivíduo leigo se comporte de acordo com ele. Talvez o fracasso em encontrar pautas na relação entre o proceder científico e o da pessoa em situações cotidianas se deva a que não se está utilizando o melhor modelo de cientista. Quiçá, a comparação do pensamento leigo com o pensamento científico possa ser uma idéia útil, se recorrermos ao que poderia ser denominado de modelo “kuhneano” de cientista.

Algumas das conclusões tiradas pelos próprios psicólogos da percepção social apontam neste sentido. Por exemplo, Rothbart conclui que, embora se saiba muito pouco sobre como as crenças são desconfirmadas, existem dois modelos teóricos que poderiam ser de utilidade para entender o processo de desconfirmção. O primeiro é chamado de modelo de “contabilidade” (*bookkeeping model*), segundo o qual as pessoas monitorariam o número de instâncias confirmadoras e desconfirmadoras, comparando periodicamente a

proporção desses dois tipos de evento. O outro, “de alguma firma errático, impulsivo e imprevisível”, é o “modelo de conversão” (*conversion model*); ele “implica que a mudança é mais catastrófica que gradual, e que umas poucas e muito salientes instâncias jogam um papel dominante no processo de desconfirmação” (Rothbart, p. 176). O autor afirma que tende a acreditar neste segundo modelo.

A idéia de que a mudança de atitude é uma conversão repentina e não um processo gradual baseado na observação coincide com a visão de Kuhn sobre a mudança de paradigma na ciência. Ela é comparada com uma mudança de *gestalt*, em que uma figura é subitamente percebida de uma nova maneira. Na sua obra mais recente, Kuhn dá conteúdo explicativo a esta metáfora através de propriedades inerentes à linguagem. Certas mudanças inter-relacionadas não podem ocorrer passo a passo, e sim dar-se todas de uma vez, dado que as categorias da linguagem se interdefinem. A isto, Kuhn se refere como o caráter “holístico” das mudanças de linguagem (Kuhn, 1982).

A opção pelo modelo kuhneano como ponto de partida leva a busca teórica por caminhos bastante diferentes dos comumente seguidos na pesquisa sobre estereotipação. Estes caminhos apontam para a importância de assuntos tais como os mecanismos que regem os saltos intuitivos que estão por trás da descoberta científica, assim como da criação artística; o papel da desconcertação e da re-contextualização (*re-framing*) na desativação do círculo vicioso neurótico na terapia psicológica; a utilização da fábula e da metáfora como instrumentos pedagógicos e terapêuticos etc. Todos estes e outros recursos são formas alternativas de promover a mudança de atitude. Se dirigem ao que o argumento racional e a evidência contra-factual são incapazes de atingir: o universo de assunções tácitas tomado como óbvio que, segundo a fenomenologia e a etnometodologia, é o principal determinante do comportamento prático.

Não é possível discutir, nesta ocasião, as características do que seria uma teoria da tipificação social que aproveitasse estes elementos. É tarefa para próximos trabalhos. Mas o dito até aqui serve como sugestão do tipo de re-orientação que proponho dar ao tratamento destas questões.

Bibliografia

ADORNO, T.W., FRENKEL-BRUSWIK, E. e SANFORD, R. N. *The authoritarian personality*. New York, Harper.

ALLPORT, G. *The nature of prejudice*. Cambridge, Massachusetts, 1954.

ASHMORE, R. e DEL BOCA, F. “Conceptual approaches to stereotyping”. In: David Hamilton, *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behaviour*. 1981.

- CANTOR, N. e MITCHEL, W. "Prototypes in person perception". In: BERKOWITZ, L. (ed.), *Advances in experimental social psychology*. Academic Press, New York, 1979.
- CROCKER, J. "Judgement of covariation by social perceivers". *Psychological Bulletin*, 90, 272-92, 1981.
- FUNDER, D.C. "Errors and mistakes: evaluating the accuracy of social judgement". *Psychological Bulletin*, 101, 75-79, 1987.
- GARFINKEL, H. *Studies in etnomethodology*. Prentice Hall, New Jersey, 1967.
- HAMILTON, D. (ed.) *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behaviour*, Lawrence Erlbaum Associates, Hillsdale, 1987.
- HASTORF, A., SCHNEIDER, D. e POLEFKA, J. *Person Perception*. Addison-Wesley Publishing Company, Reading, 1970.
- HEIDER, F. "Social perception and phenomenal causality". *Psychological Review*, 51, 358-74, 1944.
- _____. *The psychology of interpersonal relations*, Wiley, New York, 1958.
- HEWSTONE, M. *Causal attribution. From cognitive processes to collective beliefs*, Oxford, Basil Blackwell, 1989.
- KELLEY, H. H. "Attribution Theory in social psychology". In: LEVINE, D. (ed.), *Nebraska symposium on motivation*, vol. 15, Lincoln, University of Nebraska Press, 1967.
- KUHN, T. "Commensurability, comparability, communicability". In: ASQUITH, P.D. e NICKLES, T. *Proceedings of the 1982 biennial meeting of the philosophy of science*. 669-688. East Lansing, Philosophy of Science Association, 1983.
- ROSS, L. "The intuitive psychologist and his shortcomings: distortions in the attribution process". In: BERKOWITZ, L. (ed.). *Advances in experimental social psychology*, vol. 10, New York, Academic Press, 1977.
- ROTHBART, M. "Memory processes and social beliefs". In: HAMILTON, D. (ed.). *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behaviour*. 1981.
- SCHUTZ, A. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.
- TAFJEL, H. "Cognitive aspects of prejudice". *Journal of Social Issues*, 25, 79-94, 1969.
- TAYLOR, S. "A categorization approach to stereotyping". In: HAMILTON, D. *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behaviour*. 1981.
- VELHO, G. "O grupo e seus limites". In: VELHO, *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- TVERSKY, A. e KANEMAN, D. "Judgement under uncertainty: heuristics and biases", *Science*, vol. 185, 1974.

Imprensa e política no pós-"nova República": notas sobre a evolução recente da intervenção política da imprensa e sua investigação

Fernando Lattman-Weltman*

Introdução

A investigação dos processos políticos e eleitorais em nosso país tende a incorporar, com cada vez maior frequência, a análise da influência, dos papéis e recursos políticos específicos dos meios de comunicação de massa. A intervenção política e/ou eleitoral dos órgãos de imprensa, rádio e televisão se apresenta aos analistas, cada vez mais, como uma “variável” significativa.

Este artigo, em sua primeira parte, sintetiza alguns dos traços mais decisivos de um caso recente, e marcante, em que esta intervenção se fez notar com toda força e evidência: o processo de eleição do ex-presidente Fernando Collor de Mello¹. Na parte seguinte é explicitada uma noção de “economia simbólica”, operacionalizada no esforço de interpretação do fenômeno. A terceira parte inclui o esboço de algumas possibilidades de comparação entre a eleição de Collor em 1989 e a de Fernando Henrique Cardoso, em 1994.

Com isso pretendo, por um lado, ilustrar algumas das possibilidades e dificuldades teóricas contidas no estudo da intervenção política da mídia e, de outro, apontar para algumas hipóteses de pesquisa a respeito do quadro político brasileiro contemporâneo. Quadro no qual, acredito, os meios de comunicação vêm confirmando o seu papel estratégico para a definição de escolhas e alternativas políticas.

* Doutorando em Ciência Política no IUPERJ.

¹ Os argumentos apresentados sumariamente na parte inicial deste artigo se encontram desenvolvidos em Lattman-Weltman, 1994a.

A eleição do "fenômeno Collor" e a atuação da imprensa

Muito se falou, ao longo do ano de 1989 e imediatamente após, a respeito da influência da mídia na vitória de Fernando Collor de Mello na disputa pela Presidência da República, na primeira eleição direta após o regime militar. Afinal, além de uma série de indicações indiretas e manifestações explícitas de apoio a este candidato por parte da grande imprensa e de meios poderosos como a Rede Globo, colocou-se de forma inescapável a questão de como explicar a vitória de uma candidatura totalmente ignorada nos primeiros momentos da disputa, apoiada por uma sigla inexpressiva, num pleito tão importante e aguardado, e em que competiram algumas das maiores lideranças políticas do país, além das principais máquinas partidárias. Como explicar tal fenômeno eleitoral sem o recurso à hipótese conspiracional de uma trama, um complô, urdido e imposto sobre o conjunto do eleitorado por agências de *marketing* e um todo-poderoso aparato de formação de gostos eleitorais (para não dizer "consciências")?

A esta sedutora hipótese que tudo explicaria - e também justificaria, em especial, a possível incompetência dos perdedores e das "cassandras" de plantão - é possível opor uma análise histórica um pouco mais cuidadosa que nos mostre que, a despeito de eventuais complôs, a eleição de Collor foi um dos resultados possíveis de uma determinada conjunção histórica de fatores, de uma determinada agregação de investimentos políticos e ideológicos não necessariamente autoconscientes ou inteiramente deliberados².

De fato, acredito que é possível compreender a surpreendente vitória do "caçador de marajás", em 1989, sem o recorrer à hipótese conspiracional, se recuperarmos os seguintes processos conjunturais:

1) o processo de construção da *imagem* de Collor: como líder predestinado, pessoalmente habilitado a enfrentar a crise política brasileira, agudizada no período, e que seria, fundamentalmente, uma crise *moral*, traduzindo-se, nos termos mais estritamente políticos de então, na necessidade de se eleger um presidente com "credibilidade", "legitimidade" e "vontade política";

2) o processo de construção da *agenda* para o novo governo a ser eleito diretamente: que, em termos genéricos, se definiria pela afirmação da necessidade de se *reformular o Estado* brasileiro, no sentido da adoção de valores e princípios neoliberais, eliminando a intervenção do Estado no mercado, mas cuja pauta substantiva era em grande medida subsumida e diluída, também aqui, em

² É o que procuramos mostrar na obra citada acima (em particular nos capítulos "A gestação do "fenômeno Collor": de uma eleição à outra" e "Conclusão: do 'cheque em branco' ao resgate final").

um discurso genérico de acento *moralizante*, sistemática e oportunamente adotado pelo candidato vencedor (caça aos marajás, combate à corrupção etc.);

3) o processo de conformação de uma determinada *conjuntura política e eleitoral*: cujos traços mais marcantes seriam, de um lado, a dianteira inicial de dois fortes candidatos à esquerda - Brizola e Lula - e, do outro, o verdadeiro *vácuo* aberto no centro e/ou na direita, em função de desgastes, vacilações e definições de chapa inviáveis por parte dos dois grandes partidos da transição - PMDB e PFL -, além da não decolagem de outras possíveis candidaturas conservadoras, o que propiciou a criação de um espaço habilmente ocupado pela aventura *collorida*;

Todos estes processos conjunturais, contudo, seriam, por sua vez, indicativos de transformações mais profundas por que nossa sociedade estaria passando, e que, até certo ponto, subverteriam os padrões mais tradicionais de análise e balizamento da vida política e eleitoral, baseados em pré-noções acerca do comportamento do eleitorado - como as usualmente creditadas ao clientelismo, por exemplo - ou em identidades sociais aprioristicamente definidas em termos de classes ou corporações. O traço unificador destas transformações seria a criação, no Brasil, de uma autêntica *democracia de massas midiaticizada*, manifesta pela extensão dos direitos políticos a parcelas cada vez maiores da população e por sua também crescente incorporação ao universo dos bens simbólicos produzidos pela indústria cultural, desenvolvida à sombra do regime militar e das transformações por ele induzidas, e cujo primeiro grande teste, do ponto de vista político/eleitoral, foi justamente a eleição de 1989.³

Assim, o que se apresenta com maior evidência e clareza é a necessidade cada vez maior de incorporar à análise a dimensão simbólica e discursiva dos processos políticos e eleitorais - como a manipulação de *slogans*, a construção de imagens, o uso sistemático do *marketing* etc. O que, numa sociedade como a nossa, coloca os modernos meios de comunicação no centro da teorização e das investigações, como agentes privilegiados na intermediação da informação e na construção do universo referencial dos interesses e desejos políticos e sociais.

Do mesmo modo, impõe-se a necessidade da elaboração de instrumentos teóricos e analíticos específicos para o trato com estes fenômenos da comunicação política e a delimitação de seus recursos e potencialidades para a interpretação, sem o menosprezo de outras variáveis políticas e institucionais - partidos, lideranças, máquinas etc. - que mantêm sua própria autonomia e propriedades.

³ Sobre a criação da indústria cultural no país ver Ortiz, 1989 e Santos, 1985.

A economia simbólica

A análise dos complexos processos citados acima, que, para além da hipótese conspiracional, presidiram a vitória de Collor em 1989, só me foi possível mediante a elaboração de uma determinada noção de economia simbólica.⁴ Isto me permitiu interpretar historicamente o processo sem que a “explicação” caísse nem na hipertrofia do poder manipulador de determinados agentes estratégicos - que, na tradição da hipótese conspiracional, são geralmente elevados à condição de demiurgos políticos e/ou ideológicos - nem na reificação sócio-lógica, e a-histórica, de interesses e identidades sociopolíticas - para não dizer “estruturas de determinação” - que, se ainda poderiam, de um lado, sofrivelmente, fazer algum sentido no caso da vitória de Collor, dificilmente conseguiriam enfrentar a questão de sua deposição, pouco tempo depois.

Em poucas palavras, a economia simbólica seria uma espécie de configuração narrativa, mais ou menos precária conforme as circunstâncias, e que no entanto serve sempre de balizamento, de referencial para os investimentos políticos, econômicos e mesmo existenciais de indivíduos e coletivos. Uma narrativa cujas formas, valores, conteúdos, lógicas e, principalmente, finalidades morais são a resultante agregada, não previsível ou controlável, de uma infinidade de cálculos e investimentos parciais, tal como num mercado. Mas onde, também como no mercado, alguns atores têm maior poder de barganha, maior volume de informações, maior poder de influência sobre os resultados finais contingentes. E onde o imprevisto, o inesperado, sempre tem a possibilidade de se manifestar, produzindo novos arranjos, novas distribuições de recursos, valorizando e desvalorizando novos produtos (o que, neste caso, pode incluir tanto a imagem de políticos, quanto o prestígio de partidos, a vigência de determinadas idéias, a pertinência de determinadas lógicas etc.).

De qualquer modo, os aspectos mais fundamentais a reter do uso, por ora, desta noção estão relacionados: 1) ao caráter contingente, polissêmico e cambiante das configurações que a economia simbólica, tal como um mercado, pode assumir; 2) ao caráter coletivo e, até certo ponto, anárquico que sua produção e reprodução histórica possuem; 3) ao caráter desigual e possivelmente hierarquizado das distribuições dos recursos negociados neste mercado, que privilegia determinados atores em detrimento de outros; 4) ao caráter impositivo desta economia, com todas estas características, sobre todos os seus participantes (ressalvados, é claro, os distintos graus de autonomia relativa dos distintos e desiguais investidores).

⁴ Elaborações mais completas desta noção podem ser encontradas em Lattman-Weltman, 1994b e 1994a, p.25.

Por último, mas não menos importante, é necessário fazer referência ao fato de que esta economia inclui, ou melhor, é influenciada por e atua sobre variáveis próprias da atividade política institucionalizada que, no entanto, possuem sua própria autonomia e não se encontram, de modo algum, determinadas por ela. E que, tal como num mercado, uma determinada mudança na oferta, na qualidade ou na escassez de determinados “insumos”, mais ou menos “básicos” - que podem variar de candidaturas e chapas eleitorais a fenômenos políticos e/ou econômicos internacionais, por exemplo - pode afetar todo o precário equilíbrio de “cotações”, “custos” e “preços”. De modo que, inclusive, pode o *best-seller* de hoje se tornar o encalhe de amanhã (e vice-versa).

1989 e 1994: algumas comparações ilustrativas

Os distintos graus de interdependência e autonomia que se estabelecem entre as diversas variáveis políticas aptas a desempenhar um papel condicionador importante no jogo político e eleitoral, das mais institucionalizadas às mais vagas e amorfas, podem ser ilustradas num pequeno exercício de comparação entre as eleições presidenciais de 1989 e 1994. E o mesmo pode ser dito do caráter abrangente, insinuante e decisivo das eventuais configurações da economia simbólica.⁵

Para além das semelhanças de nome e das proximidades de origem socioeconômica e de propostas entre os vencedores das duas eleições presidenciais diretas realizadas após a ditadura - sem falar no principal candidato concorrente a ambos, que foi simplesmente o mesmo -, é preciso atentar para outras variáveis que, de um modo ou de outro, influenciaram os pleitos e podem nos servir como índices para a análise.

Já se tornou lugar comum a referência ao fato de que, tanto em 1989 quanto em 1994, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva teria servido de espantinho, carreando os votos assustados e preconceituosos de certas porções do eleitorado para quaisquer candidatos mais à direita que pudessem derrotá-lo.⁶ Votos assustados, preconceituosos e, portanto, “úteis” às candidaturas de Collor, em 89, e de Fernando Henrique, em 94. É preciso observar, contudo, também as diferenças entre os dois processos. A título de comparação inicial e

⁵ Parte do texto que segue foi apresentado, sob o título "Eleições 89/94: Flagrantes da elaboração de uma identidade de elite através da imprensa", no XVIII Simpósio Nacional de História, da ANPUH, em julho de 1995, em Recife, PE.

⁶ Em 1989 haviam dois "espantalhos" do conservadorismo: Lula e Brizola, que até o final das apurações do primeiro turno ainda disputavam a segunda vaga para o segundo turno. Em 1994, o papel teria cabido exclusivamente a Lula, que liderou folgadoamente as pesquisas de intenção de voto até o começo da ofensiva de FHC, com o Plano Real.

impressionista, chamam a atenção quatro aspectos que, em linhas gerais, distinguem as duas eleições.

O primeiro destes aspectos é o que diz respeito às formas com que o espectro das forças políticas e ideológicas - classicamente, a direita, o centro e a esquerda - se apresentou em cada eleição. Em 1989, como vimos, um dos fatores que parecem ter permitido ao candidato Fernando Collor de Mello tornar-se, da noite para o dia, o favorito das elites e o depositário das expectativas políticas dos trânsfugas das principais máquinas partidárias da época - o PMDB e o PFL, entre outras - foi o vácuo operado no centro e na direita pelas candidaturas inviáveis de Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL).

Embora a chave do sucesso e da viabilidade do direcionamento da grande maioria dos recursos políticos e eleitorais conservadores para a candidatura do “caçador de marajás” tenha de ser buscada, a rigor, fora do sistema partidário propriamente dito - mais especificamente, na mídia e no aparato de *marketing* político de Collor (Lattman-Weltman, 1994a, p. 11) - não há dúvida de que tal deslocamento só foi possível graças à ausência de opções eleitorais imposta por processos internos e até certo ponto idiossincráticos dos grandes partidos (aliados, é claro, ao já mencionado efeito “espantinho” das fortes candidaturas de Brizola e Lula).

Em 1994, ao contrário, não se produziu tal vácuo. Se o PMDB voltou a patinar em suas convulsões internas e acabou saindo novamente com uma candidatura inviável - desta vez a de Orestes Quécia - o seu concorrente e sucedâneo no centro do espectro político-partidário brasileiro, o PSDB, aliou-se ao ágil PFL, que parece ter absorvido prontamente algumas das lições do nosso jogo eleitoral contemporâneo, e juntos formaram a chapa competitiva encabeçada pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Ao contrário da eleição anterior, desta vez, portanto, o centro foi ocupado por um candidato com grande credibilidade e aceitação nos setores mais influentes e poderosos de nossa sociedade - a mídia inclusive - e apoiado por dois fortes partidos de quadros. Apoio que logo ampliou-se com a adesão de outros partidos menores.

Um segundo aspecto que distingue a eleição presidencial de 1994 é o fato de que o candidato vencedor pôde apresentar-se, sem maiores constrangimentos, como candidato oficial, candidato do governo federal. Na verdade, como tornou-se consensual após a sua vitória, o seu sucesso estava explícita e indissolúvelmente conectado ao do Plano Real, levado a efeito pelo governo federal e pelo qual fora responsável enquanto ministro, antes de candidatar-se.

A diferença com relação a 1989 é gritante. Ninguém em sã consciência iria, naquele pleito, identificar-se perante o eleitorado como candidato do governo do então presidente José Sarney, alvo das maiores críticas e desconfianças. Muito pelo contrário. O vencedor daquela eleição fizera sempre questão de se apresentar publicamente não apenas como adversário político de Sarney, mas também como a mais perfeita encarnação do seu oposto (Lattman-Weltman, 1994a, p. 29).

Independentemente do uso ou não de recursos políticos da máquina do governo em apoio a sua candidatura - tal como foi denunciado e debatido ao longo da campanha -, a verdade é que Fernando Henrique Cardoso conseguiu realizar o feito, antes talvez inimaginável, de eleger-se, logo no primeiro turno, como candidato oficial do Planalto e, simultaneamente, como principal responsável e beneficiário da bem-sucedida - ao menos durante a eleição - política de estabilização do governo. Este sucesso constitui, por si só, o terceiro elemento a distinguir radicalmente o cenário e a trama de uma eleição da outra. Ou seja, o fato de que, ao contrário de 1989, em 1994 a eleição transcorreu, ao menos em sua última e decisiva fase, sob os auspícios de uma atmosfera de bonança e otimismo com relação à economia do país.

Às vésperas da eleição de 1989, a reiterada incapacidade do governo no combate à inflação - com os sucessivos fracassos do Plano Cruzado, do Plano Bresser e do Plano Verão - parecem ter favorecido a criação de uma atmosfera de descrença e pessimismo. Em que a figura vacilante e desprestigiada do presidente, eleito indiretamente e, originalmente, como vice, ainda nos estertores das negociações políticas da transição, contribuía para aumentar a carga dramática e as expectativas com relação à posse do primeiro presidente eleito diretamente em 30 anos, e sua suposta capacidade e credibilidade política para enfrentar os principais problemas nacionais. Este, portanto, era o caldo de cultura política, o cenário em que iria brilhar a estratégia de *marketing* do “caçador de marajás”, o seu “messianismo” (Oliveira, 1992).

Nada mais distinto do que se viu em 1994. O quadro de esperança e otimismo que se construiu ao longo do processo eleitoral possui significados e dimensões políticas e simbólicas que de modo algum se esgotam em considerações de caráter técnico acerca da possível capacidade administrativa do governo e sua equipe econômica, e na melhoria dos índices (por maior importância que estes elementos guardem, dada mesmo a longevidade e a resistência de nossa crise econômica atual).

Na verdade, os sucessos simultâneos, indissolúveis e interdependentes do Plano Real, de um lado, e da candidatura Fernando Henrique Cardoso, de outro, com seu vertiginoso e ininterrupto trajeto ascensional nas pesquisas - da

definição, em meados de abril, à vitória logo no primeiro turno, em 3 de outubro - compõem as linhas definidoras do cenário de expectativas positivas e de controle da economia, ao menos aparente, que presidiram a reta final da campanha (à parte outros indicadores, como os de crescimento econômico, que vieram se juntar a este quadro).

Por último, mas não menos importante, há que se mencionar uma quarta variável que distingue uma eleição de outra, e que se refere às temporalidades de inserção da mídia no processo de disputa.

Em 1989, observamos um comportamento vacilante da imprensa e dos meios de comunicação de massa, que, utilizados à sua própria revelia e decisivamente no processo de definição da candidatura vencedora, seguiram inicialmente a reboque dos acontecimentos e posteriormente acoplaram-se, não sem constrangimentos e contradições, ao fato praticamente consumado da vitória de Collor (Lattman-Weltman, 1994a, p. 45). A novidade do processo eleitoral presidencial pôs em xeque e revelou a precariedade de todos os modelos teóricos em vigor para a análise do jogo partidário e eleitoral.

Já em 1994, o quadro se altera, com grandes vantagens para o poder de intervenção da mídia. Desta vez, os meios de comunicação não apenas puderam se antecipar aos acontecimentos como também atuaram diretamente, através da farta cobertura das negociações entabuladas para a definição da candidatura do então ministro da Fazenda e para a montagem de sua chapa com o PFL. Além disso, parece ter havido um grande aprendizado no que se refere ao uso e à divulgação das pesquisas de intenção de voto, não apenas como instrumento de sondagem mas também enquanto elemento formador de opinião e de escolha eleitoral.

Se na ordem dos modelos as dificuldades e perplexidades parecem sobreviver, do lado da assimilação empírica, mais ou menos instintiva, do lado do *aprendizado prático* dos intermediários - muito ocupados e engajados no processo para teorizá-lo "adequadamente" - é possível se detectar avanços. Seja nos meios de comunicação ou fora deles.

O maior indicativo da efetivação de um verdadeiro aprendizado político por parte das elites brasileiras, contudo, parece ser identificável na cuidadosa eleição prévia das características pessoais do novo escolhido. As qualidades pessoais de Fernando Henrique Cardoso foram sistematicamente trabalhadas em oposição simbólica às do primeiro e malsucedido Fernando. E o mesmo pode ser dito do processo de implementação do Plano Real, exposto paulatinamente, sem choques ou sobressaltos, em claro e explícito antagonismo frente às tentativas anteriores.

Assim, os diferentes aspectos que distinguem tão decisivamente uma eleição da outra podem ser interpretados, também, como indicativos do modo pelo qual o livre desenrolar do jogo político - compreendido aqui como uma esfera de investimentos simbólicos muito mais ampla do que em geral se descreve - ensina a seus atores, mesmo que instintivamente, quais as coordenadas a serem respeitadas, quais os recursos a mobilizar e de que forma fazê-lo. O referencial básico de "cálculo", no entanto, segue sendo a economia simbólica; a rigor, a arena decisiva em que se definem os consensos e conflitos de uma democracia de massas midiaticizada como a que temos (e que nos têm) hoje.

Bibliografia

LATTMAN-WELTMAN, F. et al. *A imprensa faz e desfaz um presidente*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994 (a).

_____. "Imprensa e sociedade: a economia dos discurso público". In: *Arché*, ano III, no. 8, 1994 (b).

OLIVEIRA, F. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

SANTOS, W.G. "A pós-"revolução brasileira", in Hélio Jaguaribe (org.) *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

As possibilidades do conhecimento segundo Weber e o ceticismo: uma abordagem preliminar*

Marcelo da Costa Maciel **

I

Este trabalho pretende ser uma primeira tentativa de incursão em um conjunto de questões que, do meu ponto de vista, abrem um caminho extremamente fecundo para reflexões sobre a teoria social. Ele se insere em uma proposta mais ampla de investigação, que visa evidenciar possíveis afinidades eletivas entre o pensamento de Max Weber e a tradição intelectual cética. Nesse sentido, trata-se de um ensaio introdutório, o qual deverá ser aprofundado em futuras investigações, por meio do exame mais detalhado de questões que, no âmbito do presente trabalho, são apenas levantadas. Todavia, estou convencido de que, uma vez investigadas em profundidade, tais questões poderão fornecer um quadro bastante satisfatório das convergências e divergências contidas no tratamento dado por Weber e pelo ceticismo a certos temas comuns.

Desde já, é preciso deixar claro que a minha intenção, ao realizar este empreendimento, não é defender a idéia de que Weber possa ser considerado um pensador que se insere na tradição cética ou que essa matriz filosófica constitua para ele um importante ancestral intelectual. Nem mesmo pretendo sugerir uma possível influência cética sobre o pensamento de Weber. Tal empresa seria praticamente impossível, já que, em suas obras principais, Weber não faz referência aos pensadores céticos antigos ou modernos, o que nos impede de afirmar que ele tenha sido leitor dessa escola filosófica, e muito menos que a mesma tenha influenciado sua obra.

Desta forma, não se trata de um estudo sobre o desenvolvimento histórico de determinadas idéias, e sim sobre as afinidades entre as idéias produzidas por pensadores de épocas diferentes. O trabalho tem, então, um caráter analítico, e busca identificar e expor, da forma mais clara possível, os marcos para um con-

* Texto extraído da dissertação de Mestrado em Sociologia, intitulada "Os limites do cognoscível: uma introdução ao estudo das afinidades entre Weber e a tradição cética", defendida no IUPERJ em dezembro de 1994.

** Mestre em Sociologia e doutorando em Ciência Política no IUPERJ, professor do departamento de Sociologia da UFF.

fronto entre Weber e o ceticismo. Assim sendo, efetuou-se a eleição de algumas problemáticas comuns, verificando-se em que medida as perspectivas cética e weberiana sobre tais questões aproximam-se e em que medida distanciam-se.

Deve-se acrescentar que o trabalho discute as formulações básicas do ceticismo antigo, sem abordar as produções intelectuais de pensadores modernos (como Montaigne, Bayle e Hume) que foram motivados por inspirações céticas. Não seria possível, na extensão deste ensaio, incorporar todos os desdobramentos do ceticismo original grego ao longo do pensamento moderno e contemporâneo. Registra-se, contudo, a intenção de, em análises futuras, ampliar o escopo da comparação e investigar as possíveis afinidades entre Weber e os autores céticos modernos. Tendo este trabalho um caráter introdutório, decidiu-se identificar uma primeira problemática básica e tentar explorar as questões a ela relacionadas. Com efeito, o objetivo específico do trabalho é discutir o problema das possibilidades do conhecimento humano. Esse tema ocupou um lugar central nas preocupações dos céticos antigos, constituindo-se em um dos principais pontos de oposição entre estes e os assim chamados *filósofos dogmáticos*. Também Weber realizou uma intensa reflexão epistemológica, forjando uma concepção de ciência que não só aponta suas atribuições como também suas insuperáveis limitações.

Segundo meu ponto de vista, o empreendimento a que se propõe esse trabalho é justificado, sobretudo, por ter como meta uma dupla contribuição: por um lado, interpretar certos aspectos do pensamento de Weber à luz de preocupações características da tradição intelectual cética e, por outro, incorporar essa tradição ao patrimônio teórico e metodológico das ciências sociais, explorando o uso que essas poderiam fazer hoje das reflexões céticas.

Dando início à abordagem comparativa das considerações céticas e weberianas sobre a problemática do conhecimento humano, abordaremos as críticas dos céticos às concepções ontológicas de tipo fundacionista ou pré-representacional, as quais apelam para a existência de uma natureza objetiva essencial, que determina o mundo dos fenômenos observáveis e existe independentemente da representação e da linguagem. Veremos como os céticos, em contrapartida, apelam para a idéia de indeterminação acerca do que os fenômenos são em si mesmos e para a possibilidade de se adotar uma concepção ontológica radicalmente diferente, ligada ao chamado mundo fenomênico, o mundo das aparências e das representações.

Para entendermos os pontos centrais da reflexão cética sobre o conhecimento, é preciso que tenhamos em mente quais foram as perspectivas contra as quais o ceticismo original grego se dirigiu, que podem ser genericamente designadas como *filosofias dogmáticas*. O ceticismo antigo caracterizou-se como um

modo de filosofar que se opôs radicalmente aos grandes sistemas da filosofia grega, os quais, apesar de suas singularidades substantivas, tiveram, em grande medida, a característica comum de se assentarem sobre um “otimismo epistemológico inequívoco” (Lessa, 1992, p 216). Tal otimismo pode ser caracterizado como a crença, compartilhada por diferentes sistemas filosóficos (tais como o platonismo, o aristotelismo e o estoicismo), na existência de uma dimensão ontológica objetiva, que residiria para além dos fenômenos observáveis e onde se poderia apreender a real natureza desses fenômenos. Essa crença estava conectada à célebre distinção entre *aparência* e *essência*, pela qual os fenômenos eram tomados ou como vias de acesso a um domínio de fatores não-evidentes, ou como sombras que se interpõem entre o entendimento humano e a realidade, como ilusões que recobrem as verdades últimas e objetivas a respeito do mundo.

A reflexão cética realiza-se fundamentalmente a partir de uma crítica devastadora de todas as proposições a respeito da real natureza do mundo, proposições estas que, via de regra, fazem referência a domínios não-evidentes, ou seja, domínios que transcendem os limites do mundo fenomênico. A crítica cética parte da constatação de um total desacordo entre as proposições dogmáticas a respeito do mundo. Esse desacordo vincula-se, justamente, ao fato de tais proposições lançarem mão de argumentos que não podem ser comprovados pelo conhecimento e experiência comuns. Diante da ausência de critérios comuns de validação desses mergulhos esotéricos no reino do imponderável, abre-se caminho para uma multiplicidade de proposições irremediavelmente conflitantes, ou seja, para a infundável disputa (*diaphonía*) a respeito de qualquer objeto que se submeta à investigação (Sexto Empírico, 1976).

Dada a igual plausibilidade ou implausibilidade das proposições conflitantes, os cétricos ressaltam a situação de equípolência (*isosthenía*) em que as mesmas se encontram, o que nos leva à atitude de suspensão do juízo (*epoché*) com relação a essas querelas dogmáticas. A renúncia à participação nos embates dogmáticos proporcionaria aos cétricos um estado de quietude ou imperturbabilidade (*ataraxia*), considerado como condição para a felicidade (Sexto Empírico, 1976).

Uma vez demonstrada a impossibilidade de se ter um conhecimento indubitável a respeito do estatuto ontológico de domínios não-evidentes, os cétricos não se permitem raciocinar filosoficamente em termos da distinção entre *aparência* e *essência*, afastando-se da pretensão de atingir a real natureza das coisas e assumindo que somente o mundo fenomênico pode ser objeto do conhecimento. O mundo fenomênico, por sua vez, é por eles concebido como o universo das coisas tais como aparecem aos homens, e não como são por natureza.

Desta forma, percebemos que a postura cética revela como insustentáveis (ou, pelo menos, sujeitas à controvérsia) as concepções filosóficas que consideram o mundo da experiência imediata como fundamentado numa dimensão metafísica e não-evidente. De acordo com tais concepções, a verdade sobre o mundo e sobre tudo o que se percebe residiria, por assim dizer, fora do mundo, numa espécie de “espaço extra-mundano” construído por cada sistema filosófico (Porchat, 1986, p 155). Além disso, considerando a palavra *logos* no seu tríplice significado de *estado objetivo do mundo, conhecimento de suas leis e modo de exprimi-lo através da palavra*, cada filosofia dogmática considerava-se como correlata à verdade e como uma espécie de espelho da natureza, já que acreditava que os símbolos com os quais se exprimia estavam vinculados às próprias leis da realidade e do conhecimento (Kerferd, 1981). Portanto, concluímos que as concepções que se tornaram alvo do ataque cético supunham o real como uma dimensão essencial transcendente à percepção imediata e independente das atividades cognitivas humanas. Todavia, o acesso a esse real era possível através dos procedimentos particulares (e discordantes entre si) propostos por cada filosofia dogmática, que se autoconcebia como “a verdadeira solução dos problemas do ser e do conhecer, a edição nova e definitiva da verdade” (Porchat, 1981, p.11).

A rejeição das asserções dogmáticas sobre a realidade levará os céuticos a uma aceitação das práticas cognitivas compartilhadas pelos homens ordinários, ditadas pelo hábito, e ao reconhecimento do mundo fenomênico como o único domínio possível para a cognição e o estabelecimento de proposições. Tem-se, portanto, que explicitar a noção de fenômeno, tão fundamental para a compreensão da postura cética. A palavra fenômeno (*phainómenon*), literalmente, significa “o que aparece” e se oferece irrecusavelmente à nossa sensibilidade e entendimento. O fenômeno é algo que se impõe ao reconhecimento, não sendo objeto do escrutínio filosófico nem, por extensão, da suspensão do juízo. Como nos diz Porchat:

“O que nos aparece se nos impõe com necessidade, a ele não podemos senão assentir, é absolutamente inquestionável em seu aparecer. Que as coisas nos apareçam como aparecem independe de nossa deliberação ou escolha, não se prende a uma decisão de nossa vontade. O que nos aparece não é, enquanto tal, objeto de investigação, precisamente porque não pode ser objeto de dúvida. Não há sentido em argumentar contra o aparecer do que aparece, tal argumentação seria ineficaz e absurda” (Porchat, 1993, p. 464).

Desta forma, na perspectiva cética, as aparências tornam-se os objetos de conhecimento por excelência. Mas não de um conhecimento de tipo dogmático e metafísico, que busca ir além das aparências para alcançar a verdade, e sim de um conhecimento que se mantém a elas ligado, buscando validação na

experiência ordinária de todos os homens. Os céticos, para demonstrar a insustentabilidade das concepções dogmáticas sobre o real, evidenciam que estamos inevitavelmente limitados às aparências, encerrados no mundo dos fenômenos. Não podemos dele nos afastar para, então, apreendê-lo filosoficamente. Não podemos construir o mencionado “espaço extra-mundano” para falar do mundo. Não podemos conhecer a natureza em si mesma, mas apenas a natureza tal como aparece à percepção e ao entendimento humanos. Não podemos conceber uma realidade pré-representacional, pois a realidade só existe para nós no interior de nossas representações.¹

Ao problematizar a concepção dogmática dos fenômenos como signos de coisas não-evidentes, o ceticismo questionou precisamente a pretensa passagem do reino do “aparecer” para o reino do “ser”. As proposições sobre este último não são tomadas nem como falsas nem como verdadeiras; são simplesmente desconsideradas como proposições cognitivas, merecendo a indiferença dos céticos (Sexto Empírico, 1976). Uma vez que o reino do “ser” é objeto de proposições não-evidentes, conflitantes e sem remissão à experiência comum, os céticos suspendem o juízo com relação a ele, considerando-o como *indeterminado* (Aristocles, citado por Annas e Barnes, 1985, p. 11).

Todavia, é preciso que se tenha um entendimento apropriado da idéia cética de *indeterminação*. O ceticismo não afirma categoricamente que as coisas sejam indeterminadas em si mesmas, pois esta também seria uma afirmação de corte dogmático, já que, mesmo considerando-a como indeterminada, legisla sobre a real natureza das coisas. Para os céticos, qualquer proposição (positiva ou negativa) que descreva como as coisas são por natureza ou em essência introduz-se no domínio do não-evidente e constitui-se, assim, numa proposição dogmática. Os céticos simplesmente suspendem o juízo sobre a natureza última das coisas, já que as limitações do conhecimento humano impedem que se ateste a existência dessa dimensão objetiva essencial. A indeterminação, portanto, não provém da própria estrutura objetiva do mundo (que é objeto, simplesmente, da silenciosa suspensão do juízo), mas sim dos limites do conhecimento humano. O ceticismo, de uma forma geral, afirma que a natureza das coisas não pode ser determinada. Mas esse caráter indeterminável vincula-se ao caráter limitado do nosso conhecimento. É por isso que, enquanto os dogmáticos se arvoram em investigar a natureza objetiva do mundo e os sofistas em negar que tal natureza exista - pois, como estabelece Górgias, “nada é” (*Do não-ser ou da natureza*, citado por Sexto Empírico, 1976) -, os céticos suspendem o juízo acerca dessa

¹ Todas essas considerações receberam tratamento sistemático e atingiram sua formulação definitiva em Kant, o qual, através de sua combinação entre “realismo empírico” e “idealismo transcendental”, estabelece que o conhecimento objetivo do mundo não é outra coisa senão o conhecimento humano do mundo (Stroud, 1983).

disputa e voltam-se para aquilo que se manifesta ao conhecimento, ou seja, o mundo dos fenômenos.

Por tudo isso, percebemos que a idéia cética de indeterminação inviabiliza o estabelecimento de qualquer domínio pré-cognitivo, no qual residiria a natureza das coisas, fora de sua relação com sujeitos cognoscentes. Dizer que as coisas por natureza são indeterminadas significa dizer que nada se pode saber sobre a existência ou não de propriedades inerentes e essenciais às coisas do mundo. Essas considerações nos autorizam a identificar no ceticismo um uso “epistemológico”, e não “descritivo”, da idéia de indeterminação (Stough, 1969, p 18-19). De acordo com uma concepção descritiva da indeterminação, ao invés de o caráter indeterminado das coisas vincular-se ao caráter limitado do nosso conhecimento, a impossibilidade de se falar sobre a natureza objetiva do mundo seria consequência, justamente, da inexistência dessa natureza. Dessa forma, o mundo repousaria numa indeterminação essencial, a qual caracterizaria a natureza de todos os objetos do conhecimento.

Como apontou Renato Lessa, o ceticismo “parece ter se orientado decisivamente pelo uso epistemológico da noção de indeterminação da natureza dos objetos” (Lessa, 1992, p. 32). Devido às insuperáveis limitações do conhecimento humano, não somos autorizados sequer a fazer referência à natureza das coisas; nada podemos dizer (positiva ou negativamente) acerca das propriedades intrínsecas dos objetos. O nosso conhecimento racional e sensível permite-nos apreender apenas o que nos aparece, e não as propriedades essenciais que os fenômenos supostamente conteriam. Dessa forma, o discurso do cético deve ser visto simplesmente como um relato de sua experiência dos objetos tais como lhe aparecem, e não como um conjunto de proposições assertórias, baseadas numa impressão verdadeira (como a impressão *kataleptiké* dos estóicos) que manifestaria as propriedades essenciais dos objetos reais.²

Passemos, agora, à luz das considerações céticas, aos comentários sobre a reflexão weberiana acerca do conhecimento humano. É importante ressaltar, primeiramente, que trataremos neste trabalho do objeto das “ciências históricas” ou “ciências da cultura”, não abordando o conhecimento das “ciências naturais”, embora a discussão sobre essa distinção tenha marcado tão vigorosamente o pensamento de Weber, a partir das influências recebidas de filósofos alemães como Dilthey, Windelband e Rickert (Cohn, 1979).

² Essa distinção torna-se clara a partir da seguinte passagem de Sexto Empírico: “For example, honey appears to us sweet (and this we grant for we perceive sweetness through the sense) but, whether it is also sweet in its essence is for us a matter of doubt, since this is not an appearance, but a judgement regarding the appearance” (Sexto Empírico, *Outlines of Pyrrhonism*, I. X. 20).

Numa época bastante posterior àquela da deflagração do ceticismo grego, e a propósito do problema das possibilidades do conhecimento científico, Weber, de uma forma semelhante à recusa cética quanto a buscar os fundamentos últimos da existência, afasta-se da procura pelas causas essenciais dos fenômenos da história e da vida social. Esse afastamento realiza-se, basicamente, devido a dois fatores.

Em primeiro lugar, na sua filosofia do homem na história, Weber tende a considerar o “real” como a ação de homens singulares, envolvidos na mudança histórica, num contínuo vir-a-ser do qual não se pode dizer que esteja estruturado por qualquer princípio universal. Weber recusa-se, assim, a reduzir a experiência humana à realização de quaisquer leis necessárias, imanentes aos fenômenos do mundo social, que supostamente dariam sentido à experiência humana ou a conduziriam para um determinado fim. Desta forma, a reflexão de Weber orienta-se no sentido de mostrar a impossibilidade de aceitar as tentativas de fundamentação ontológica do mundo que apelam para explicações monocausais, deterministas ou teleológicas dos fenômenos observáveis.³ Tais explicações, de forma semelhante àquelas proposições das *filosofias dogmáticas* contra as quais o ceticismo argumentou, lançariam mão de argumentos e fatores não-evidentes ou não-observáveis, já que, segundo a perspectiva de Weber, o que se pode observar, efetivamente, são apenas ações e interações humanas, que não se submetem a qualquer princípio explicativo abstrato e universal.

Além disso, Weber enfatiza, de forma semelhante à visão de Hume sobre a causalidade, a atividade humana de atribuição de sentido ao mundo por meio da imputação causal dos fenômenos. Desta forma, faz parte da atividade do sujeito do conhecimento das ciências sociais compreender interpretativamente os fenômenos observáveis e conectá-los de forma lógica e empiricamente plausível, por meio de relações causais. Tais relações, todavia, são construídas e propostas pelo cientista, e correspondem à maneira como este percebe a realidade. Elas não são vistas como a lógica imanente aos fatos humanos. Assim, a ciência social não é vista por Weber como o espelho que revela a natureza intrínseca dos fatos sociais, mas como uma atividade humana, um certo tipo de olhar sobre o mundo histórico-social.⁴

³ A propósito, Weber critica o marxismo como uma forma de determinismo centrada na esfera econômica. Além disso, ressalta que a perspectiva marxista pode ser aceita, se considerada como uma forma de abordagem parcial da realidade que privilegia certos aspectos, ou seja, como um tipo ideal, e não como uma “visão do mundo” (Weber, 1993, p.121-124,147).

⁴ Nesse ponto, torna-se indispensável salientar a influência da filosofia de Kant sobre o pensamento de Weber. Kant mostrou que o nosso conhecimento do mundo exterior depende da natureza de nossa percepção e de nosso entendimento. Reconhecendo a incontestável existência de um mundo exterior, ele ressaltou que esse mundo só se torna cognoscível quando assimilado por meio das categorias abstratas fundamentais do entendimento humano. Assim, podemos afirmar que existe um mundo “real”, fora de nós. Porém só podemos falar dele a partir de categorias construídas intelectualmente pela filosofia (Kant, 1985).

A teoria da ciência de Weber parte de uma concepção que, reconhecendo a existência do mundo, não ambiciona estabelecer uma descrição do mesmo segundo leis fundamentais. Ela rompe com uma visão naturalista do conhecimento científico, ressaltando a elaboração humana e intelectual dos elementos manifestos no mundo da experiência. Esse mundo, por sua vez, é considerado por Weber como uma “corrente incomensurável que flui para o infinito” (Weber, 1993, p. 133). A experiência humana apresenta uma complexidade incapaz de ser abarcada em sua totalidade, o que nos impede de pretender descrevê-la de forma definitiva. Os fenômenos humanos são produtos de ações motivadas por fatores de diversas ordens (sejam eles materiais ou ideais) e, por isso, o real deve ser concebido como uma complexa interpenetração de múltiplas dimensões. Tudo isso dificulta a possibilidade de a ciência se constituir como um sistema acabado de leis que revelem a natureza da organização e funcionamento do mundo social, como pretendiam Comte e Durkheim (Aron, 1990, p. 467). A ciência social deve debruçar-se sobre o estudo de fenômenos individuais, com o intuito de torná-los compreensíveis na sua singularidade, e deve renunciar ao propósito de fornecer o sentido último da existência social ou a visão da totalidade integradora dos eventos histórico-sociais.

A partir dessas considerações, podemos sugerir a presença de uma noção de indeterminação do mundo no pensamento de Weber. Isso se torna ainda mais claro a propósito de sua análise do mundo moderno. Como sabemos, a racionalização, a secularização e o individualismo, traços predominantes na civilização moderna, promovem, segundo Weber, a autonomia relativa das esferas do conhecimento; daí a impossibilidade de uma teoria ontológica do social que procure revelar o sentido da existência. O mundo moderno comporta incontestavelmente paradoxos e controvérsias entre valores, doutrinas e teorias. O homem moderno defronta-se com uma pervasiva *diaphonía* (se quisermos enfatizar a semelhança com a perspectiva cética).

Podemos falar de indeterminação quanto ao estatuto ontológico do mundo histórico-social porque, em si mesmos, os processos da história e da vida social não têm significação. É o homem que os toma significativamente, imputando causalidade aos acontecimentos. Tanto a causalidade histórica quanto a causalidade sociológica não podem ser estabelecidas como princípios imanentes do devir histórico-social. O conhecimento empírico e racional dos fenômenos singulares não nos autoriza a estabelecer tais princípios. Só se pode pretender abarcar, em sua totalidade, a infinita complexidade da realidade empírica se esta é transformada em entidade metafísica (semelhante ao “espaço filosófico extra-mundano” de que falamos anteriormente), o que se constitui numa atitude dogmática, doutrinária, nociva à pesquisa científica.

Uma vez que a realidade é infinita, a ciência não pode tomar divisões puramente metodológicas como se fossem divisões do “ser” em si mesmo. Ela não pode pretender atingir a *substância* das coisas. A totalidade do real e a substância última dos elementos que o compõem não podem ser abarcadas pelo conhecimento humano. Ao contrário, salienta Weber, qualquer proposição científica deve ser considerada como um *ponto de vista* sobre o real, de acordo com nossos valores culturais e centros de interesse. As proposições científicas não podem ser tomadas como *visões do mundo* capazes de elucidar todas as questões possíveis, mas o reconhecimento da ausência de certeza sobre o caráter fundamental do mundo torna-se a condição mesma para a investigação científica. Segundo o ponto de vista weberiano (compatível com a visão cética), a dúvida é a fonte para o conhecimento possível.⁵

A partir dessas considerações, inferimos que a finalidade do conhecimento científico para Weber é a pesquisa infinita das condições sob as quais se realizam os fenômenos observáveis - postura que se aproxima bastante da concepção da ciência como *téchne*, promovida pelo ceticismo. Assim, os resultados (sempre incompletos) da pesquisa científica são *comprováveis* segundo as normas lógicas do nosso pensamento, e a própria pesquisa é motivada por nossos centros de interesses valorativos. Essa pesquisa (tal qual a *skepsis* dos cétricos no interior do mundo fenomênico) é, ao mesmo tempo, infinita e limitada. É infinita porque a experiência humana, em sendo inesgotável, suscita permanentemente novas questões, e é limitada porque deve resignar-se a conhecer aquilo que é cognoscível. Como nos diz Karl Jaspers: “À ciência weberiana vincula-se a consciência daquilo que não é conhecido” (Jaspers, 1977, p.135).

Como vimos, a busca pela máxima proximidade com o mundo da experiência vivida, com os homens “reais”, ou seja, concretos e singulares, com os fenômenos na sua evidência empírica, desacredita a busca pela substância das coisas ou pelo fundamento último da realidade. Por isso, a aquisição do conhecimento, para Weber, não trata da conquista da verdade absoluta, mas de algo parecido com o saber técnico sobre o mundo fenomênico de que nos falam os cétricos (Sexto Empírico, 1976, I. XI. 23). Não se trata de um saber definitivo sobre o sentido essencial do mundo, mas de um saber provisório sobre um mundo em constante movimento.

Bibliografia

⁵ Sobre a teoria weberiana da ciência, leia-se os seguintes ensaios de Weber: “Roscher e Knies e os Problemas Lógicos de Economia Política Histórica” e “Estudos Críticos Sobre a Lógica das Ciências da Cultura”, além do já mencionado “A ‘Objetividade’ do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política” (Weber, 1993).

- ANNAS, J. e BARNES, J. *The modes of skepticism: ancient texts and modern interpretations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- ARON, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo/Brasília, Livraria Martins Fontes/UnB, 1990.
- COHN, G. *Crítica e Resignação: Fundamentos da Sociologia de Max Weber*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- EMPÍRICO, S. *Outlines of pyrrhonism, Against the logicians*. In: *Sextus Empiricus*. Cambridge/London, University of California Press/William Heinemann, 1976.
- JASPERS, K. “Método e Visão de Mundo em Weber”. In: Gabriel Cohn (org.), *Sociologia: para ler os clássicos*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1985.
- KERFERD, G.B. *The sophistic movement*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- LESSA, R. “Vox Sextus: pluralidade dos mundos, estratégias cognitivas e conhecimento ordinário na reflexão política dos modernos”, Tese de Doutorado, IUPERJ, mimeo, 1992.
- PORCHAT, O. “O Conflito das Filosofias”. In: PRADO Jr., B., PORCHAT, O. e FERRAZ, T.S. (orgs.), *A Filosofia e a Visão Comum do Mundo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- _____. “Saber Comum e Ceticismo”. In: *Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia*, Vol. IX, nº 1, 1986.
- _____. “Sobre o que Aparece”. In: STEIN, E. e DE BONI, L.A. (orgs.), *Dialética e liberdade*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- STOUGH, C. *Greek Skepticism: A Study in Epistemology*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1969.
- STROUD, B. “Kant and skepticism”. In: BURNYET, M. (ed.), *The skeptical tradition*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1983.
- WEBER, M. “A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política”. In: *Metodologia das ciências sociais*, Parte 1. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1993.

Individualismo em Marx e Tocqueville

Alessandra Aldé*

Este texto é uma versão reduzida do trabalho escrito para o curso de Teoria Sociológica Clássica II, ministrado pelo professor Ricardo Benzaquen de Araújo no segundo semestre de 1994, cujo objetivo foi analisar a noção do individualismo e suas implicações em Karl Marx e Alexis de Tocqueville. Escrevendo quase contemporaneamente, eles observam a mesma sociedade, e uma de suas marcas é, exatamente, a distância entre o homem econômico, com seus interesses privados, e a esfera pública do interesse comum. Esta fratura ameaça tanto a liberdade cara a Tocqueville, que só a participação política dos cidadãos pode garantir, quanto a igualdade social prescrita por Marx, pois a defesa intransigente dos direitos privados ignora o homem no que tem de genérico e comunitário.

Marx e a crítica ao individualismo burguês

O que Tocqueville chama de democracia corresponde *grosso modo*, em Marx, ao conceito de sociedade civil ou sociedade burguesa. Trata-se de um tema central, uma vez que é das contradições sociais de um capitalismo maduro que brotam as condições para a revolução; é a sociedade burguesa, com suas conquistas econômicas e seu farisaísmo político, que Marx se preocupa em descrever. A análise crítica do aspecto social do capitalismo é tanto mais importante dado seu caráter universal. Como Tocqueville, por motivos diferentes, Marx acredita que a sociedade burguesa seja portadora de um *ethos* universal: “As revoluções de 1648 e de 1789 não foram revoluções inglesa e francesa, mas revoluções de estilo europeu. [Elas] exprimiram muito mais as necessidades do mundo moderno que as das regiões do mundo em que se produziram, a França e a Inglaterra” (*A burguesia e a contra-revolução*, citado por Furet, 1986, p. 227).

A crítica de Marx ao Estado moderno é social; o que ataca veementemente, na teoria do Estado de Hegel, não é a estrutura lógica dialética, que aproveita, mas sua indiferença para o contexto social que condiciona as relações humanas individuais. Situando as condições da vida material fora do âmbito da política, ele

* Jornalista e mestranda em Ciência Política no IUPERJ.

dá seu aval à moderna separação entre a esfera privada da atividade econômica e a universalidade do bem comum, personificada no Estado. Na prática, porém - é essa a crítica de Marx -, essas condições materiais informam a ação política e determinam seus resultados. “Apesar de suas pretensões de universalidade e generalidade, as instituições políticas mascaram os interesses particularistas e egoístas da sociedade civil” (Avineri, p. 47), denuncia.

A sociedade burguesa propõe a liberdade política; para Marx, no entanto, a emancipação política se dá meramente na esfera abstrata do Estado, e não na sociedade concreta, em que se situa a vida real, material, do homem. A representação política é falha como mediação entre o geral e o particular: na época moderna, sociedade civil e Estado aparecem como instâncias distintas e diferenciadas. A vida privada, incluindo a atividade econômica, deixa de levar em consideração o bem comum; a emancipação política, garantida pela democracia, tem como resultado separar o homem do cidadão. Ao determinar que as diferenças de nascimento, *status* social, cultura, ocupação e propriedade não são políticas, isto é, ao deixar de considerar tais diferenças como critérios de inclusão na cidadania, longe de acabar com estas diferenças de fato, o Estado passa a existir sobre essas premissas, condicionado por elas. “O homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da realidade, da vida, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ser coletivo, e a vida na sociedade civil, em que atua como particular” (Marx, 1991, p. 26).

Marx contrapõe ao individualismo moderno, fundado na alienação, a natureza humana definida como a do *homo faber*, produtor, criador de objetos, essencialmente interativa e social. A dicotomia entre existência e consciência, explícita na sociedade burguesa, só pode ser superada com a unidade solidária entre indivíduo e sociedade. Ele combina, em sua teoria revolucionária, elementos deterministas e voluntaristas: há condições objetivas necessárias para a proclamação da nova sociedade; a vontade, contudo, faz-se necessária para que a massa proletária possa superar a hegemonia burguesa.

Tocqueville: A caminho do despotismo tolerado

Quando se refere à democracia, Tocqueville tem em mente não só o processo político de seleção de governo, mas uma sociedade com características específicas, das quais a mais evidente é a igualdade de condições. É isso que o impressiona na América, onde a glória e o brilho da aristocracia deram lugar à sociedade do bem-estar. É também o que diagnostica na França pós-revolucionária, e mesmo na monárquica Inglaterra, onde o compromisso de uma aristocracia inteligente com os direitos sociais e políticos de uma maioria só potencialmente

revolucionária garantiu uma transição pacífica. A democratização é, para ele, inevitável. Diferentes que sejam os processos para atingi-lo, “o desenvolvimento gradual da igualdade é uma realidade providencial: (...) é universal, é durável, foge dia-a-dia da interferência humana; todos os acontecimentos, assim como todos os homens, servem ao seu desenvolvimento” (Tocqueville, 1977, p. 13). Constatado seu avanço triunfante, a grande preocupação de Tocqueville é com o perigo de despotismo intrínseco à democracia. A paixão pelo bem-estar, para ele, é a “mãe da servidão”. Preocupados apenas com a obtenção de seus objetivos privados, os indivíduos da sociedade democrática abrem mão de interferir no curso dos assuntos públicos. Fragmentada, a sociedade individualiza-se e corre de encontro ao despotismo.

Os dois grandes perigos da democratização são, assim, o individualismo e a centralização. À diferença do egoísmo, um vício pessoal, o individualismo característico da sociedade democrática corresponde para Tocqueville à “perda das tradicionais referências sociais estáveis que ligavam todos os homens através de uma cadeia de elos da hierarquia aristocrática” (Jasmim, p. 44). Apesar dos preconceitos, privilégios e desigualdade que acabaram por levar todo o regime ao colapso, o espírito de independência e a disposição a “enrijecer-se contra os abusos da autoridade” da aristocracia serviam de anteparo ao poder crescente do Estado, na figura do rei, sobre a sociedade. Não que fosse movida por sentimentos altruístas; são justamente o orgulho e a soberba de uma classe habituada à grandeza que “fazem dela o ponto mais resistente do corpo social”.

Na ordem democrática, a condição social de cada um é de isolamento; “Não havendo mais entre os homens nenhum laço de castas, classes, corporações, família, ficam por demais propensos a só se preocuparem com seus interesses particulares, a só pensar neles próprios e a refugiar-se num estreito individualismo que abafa qualquer virtude cívica” (Tocqueville, 1989, p. 46). Não é a irrealdade da esfera política que Tocqueville, ao contrário de Marx, encara como o maior problema da sociedade democrática, mas a apatia, resultado conjunto do individualismo e da centralização administrativa. Animados pelo amor à igualdade e ao bem-estar, os indivíduos estão dispostos até mesmo a sacrificar sua liberdade para preservá-los.

A progressiva democratização, na medida em que traz consigo o crescente afastamento dos indivíduos dos assuntos públicos, traz o perigo concreto de despotismo, consequência política grave, tanto mais se considerarmos que o valor máximo, para Tocqueville, é a liberdade. Na nova sociedade, os homens não admitem outra autoridade senão a de um soberano concebido abstratamente como representante de todo o povo, mas que a apatia cívica da sociedade deixa agir sem restrições. A centralização e onipresença do Estado democrático são ao mesmo tempo causa e consequência do incivismo individualista. A revolução

francesa não trata de destruir o poder absoluto, desmontar a enorme máquina administrativa do antigo regime, mas convertê-lo à democracia. Tocqueville encontra mais semelhanças que diferenças entre a sociedade do antigo regime e a pós-revolucionária. Ambas parecem encaminhar-se para um novo despotismo que é “doce”, e garante a cada indivíduo a liberdade de perseguir seu bem-estar pessoal.

Soluções para o impasse democrático

Apesar desse diagnóstico pessimista, o despotismo, ao contrário da democracia, não é inevitável: a tendência individualista e fragmentária do estado social igualitário pode ser revertida através da recuperação da virtude política perdida com a aristocracia. “Tocqueville parece crer na possibilidade da intervenção humana na construção de um destino de liberdade para a moderna sociedade igualitária” (Jasmim, p. 53); é através da participação educativa das massas, e de uma “nova ciência política para um mundo inteiramente novo” (Tocqueville, 1977, p. 14), que reanime suas crenças, substituindo sua inexperiência e indiferença pelo conhecimento dos negócios do Estado, que a democracia pode evitar o despotismo.

O exemplo associativista americano, assim, apesar dos tons sombrios com que Tocqueville pinta o individualismo democrático, pode apontar o caminho para a preservação, na sociedade igualitária, daquilo que ele considera o mais importante valor: a liberdade. Acima de tudo, o primeiro volume de *A Democracia na América* mostra a impressão positiva que tem sobre Tocqueville o entusiasmo nacional pela participação cívica; o próprio amor dos americanos pelo bem-estar e por seus próprios interesses pode levá-los, caso “compreendam corretamente” este interesse, a interessar-se pela vida pública, participando ativamente de um Estado cuja administração descentralizada só tem benefícios para a incorporação dos cidadãos. A América representa a possibilidade de politização do interesse, sob a influência de valores culturais que motivam os indivíduos à participação pública. Fechada a via inglesa, cujas condições dificilmente se reproduzirão no mundo moderno, Tocqueville busca uma solução democrática para o impasse entre igualdade e liberdade. “A irreparável cisão moderna entre o público e o privado não deve ser objeto de uma superação, como em Marx. Trata-se de conciliar essas duas esferas, recriando-se, onde inexistissem condições ‘naturais’ para isso, pela intervenção da ciência política, uma sociabilidade que ‘edue’ o egoísmo. O interesse pode ser ‘correta’ ou ‘equivocamente’ compreendido, e esta é, na verdade, a distância que separa a liberdade do despotismo” (Werneck Vianna, p. 170).

Ora, a liberdade, para Marx, é indissociável de sua noção de emancipação humana; a liberdade civil, para ele, não passa de uma couraça egoísta para os interesses individuais. A revolução francesa, meramente política, não basta; faz-se necessária uma revolução definitiva, que torne o Estado obsoleto e emancipe a sociedade material, conduzindo à incorporação do político na atividade social e inaugurando a verdadeira igualdade, livre de quaisquer relações de dominação. Perturbado pela ficção da igualdade política, Marx tenta definir as condições históricas de sua concretização. Apesar de determinar condições materiais específicas sem as quais considera difícil sua realização, Marx acredita, como Rousseau, que a nova sociedade pode se fundar na razão e pela vontade. Não basta, contudo, reverter a dominação política burguesa sem que as condições objetivas estejam maduras para a revolução social: Marx nega a autonomia do político. A revolução francesa, para ele, representa o apogeu do espírito político, que tem a ilusão de poder transformar a sociedade civil. O princípio da política é, justamente, a onipotência da vontade, exemplificada no Terror. Mas a nova revolução tira seu caráter verdadeiramente universal da própria condição de destituição humana - e não apenas política - da classe que deve levá-la a cabo. Das contradições de um capitalismo maduro, surgem as condições propícias ao impulso revolucionário: sem elas, a revolução é meramente política. Sem um ator que tome nas mãos as rédeas da história, no entanto, a sociedade não se transforma. A idéia marxiana de revolução é indissociável de sua concepção da humanidade como espécie destinada à transcendência: Marx recusa o mundo sem valores da democracia burguesa, contrapondo-lhe o *homo faber*, última esperança de auto-emancipação humana.

A constatação do problema do individualismo como caracteristicamente moderno e típico da sociedade democrática dá a Tocqueville herdeiros como Richard Sennett, cujo *Declínio do homem público* abre citando uma das passagens mais famosas da *Democracia na América*. Sennett chama de tirania da intimidade a paixão individual pelo bem-estar que retira os homens da vida pública, e a identifica em várias esferas do mundo social contemporâneo. *A cultura do narcisismo*, de Christopher Lasch, também deve a Tocqueville a descoberta de seu problema fundamental. O homem unidimensional descrito por Herbert Marcuse em *Ideologia da sociedade industrial*, por sua vez, é descendente do indivíduo burguês egoísta identificado por Marx na sociedade civil.

Sem exaurir os exemplos, a enumeração basta para ilustrar a fertilidade do tema. Apesar do desgaste da noção de revolução, o problema do individualismo continua atual, como é atual a visão de uma sociedade politicamente apática, empenhada na produção de seu bem-estar individual, e também a de uma humanidade que não se pensa como espécie - esta última encontra ressonância até mesmo na crítica ecológica ao padrão atual de desenvolvimento. Há que abrir o olho, assim, para as novas formas de despotismo, um despotismo sutil, capilar,

aparentemente inofensivo, que penetra no mais íntimo da sociedade democrática, tirando das mãos do indivíduo as prerrogativas do cidadão.

Bibliografia

AVINERI, S. *El pensamiento social y político de Carlos Marx*. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

COLLETTI, L. *From Rousseau to Lenin: studies in ideology and society*. New York, Monthly Review Press, 1972.

FURET, F. *Ensaio sobre a Revolução Francesa*. Lisboa, Regra do Jogo, 1978.

_____. *Marx et la Revolution Française*. Paris, Flammarion, 1986.

JASMIM, M. "Individualismo e despotismo: a atualidade de Tocqueville", in: *Presença*.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Lisboa, Presença.

_____. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Global, 1988.

_____. *A questão judaica*. São Paulo, Moraes, 1991.

SCHLESINGER Jr., A. "Individualism and apathy in Tocqueville's *Democracy*". In: EISENSTADT, A. (ed.) *Reconsidering Tocqueville's Democracy in America*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1988.

TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1977.

_____. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo, Hucitec, 1989.

WERNECK VIANNA, L. "Lições da América: o problema do americanismo em Tocqueville". *Lua Nova*, no. 30, São Paulo, 1993.

Mercado e insatisfação: algumas notas sobre o trabalho de Hirsch

Alexandre Gheventer*

Social Limits to Growth, de Fred Hirsch, é a obra-chave para a análise das implicações políticas da competição posicional econômica. Dois grandes temas podem ser destacados de sua obra: que o aumento da escassez social em uma sociedade afluyente cria uma situação paradoxal de insatisfação, acirra o conflito distributivo e dá origem a uma ordem que acumula frustrações sociais; e que a difusão de uma ordem mercantil caracterizada por indivíduos racionalmente auto-interessados implica em um esvaziamento do legado moral que, no limite, conduz a uma dissolução dos laços sociais e ao surgimento de um estado de natureza hobbesiano. Quais são as implicações políticas desta análise?

Crouch, por exemplo, conclui que é possível extrair do argumento de Hirsch sobre a falibilidade do mercado proposições de natureza social-democrata. Mas isto não significa que o próprio Hirsch tenha sido um social-democrata. Isto só seria verdade se Hirsch observasse o processo político como algo à parte do processo de difusão da lógica do mercado em todas as áreas de interação social. A reconstituição da ordem só é possível através do resgate de normas implícitas, capazes de constranger internamente o ímpeto das ações humanas, e não através da construção de normas explícitas de inspiração social-democrata.

É interessante estabelecer um paralelo entre a solução hirschiana e as três precondições de Schumpeter para isolar a democracia dos efeitos perversos e destruidores gerados pela lógica mercantil: 1) limitação das áreas de decisão política, diminuindo a incidência de políticos *vote-seeking*; 2) uma burocracia bem treinada e autônoma em relação às pressões políticas; e 3) tolerância e autocontrole democrático. É evidente, como lembra Brittan, que, sem esta última condição, as outras duas condições desmoronam. O problema é ético, e a solução apontada por Hirsch é a reconstituição de um ser moral de base kantiana.

O argumento hirschiano centra-se na dualidade do processo de crescimento em uma economia de bases liberais. Por um lado, o crescimento eleva as

* Mestrando em Ciência Política no IUPERJ e professor do departamento de Economia da PUC-RJ.

condições materiais da população, aumentando as chances de aquisição de um maior conjunto de bens de consumo. Por outro lado, certos bens, socialmente escassos, são estruturalmente inalcançáveis pela maioria da população, o que se traduz em frustração de expectativas. A frustração deriva da incapacidade do indivíduo, pelo mecanismo de mercado, de avaliar as conseqüências finais de suas ações individuais. O auto-interesse puro, neste sentido, pode deflagrar um estado de natureza hobbesiano e, portanto, solapar as bases da ordem que o próprio auto-interesse ajudou a fundar: a sociedade mercantil. A lógica individualista difunde-se por todas as esferas da sociedade e, em última análise, pode invadir a esfera de sociabilidade mínima que pressupõe sua própria existência. Entretanto, não é preciso radicalizar o argumento para que a dinâmica mercantil leve a conseqüências sociais perversas. Mesmo que o auto-interesse não invada a esfera das decisões judiciais e políticas, a existência de escassez social somada a uma ação não orientada coletivamente traduz-se em tensões e frustrações dos indivíduos.

Um conceito fundamental na argumentação de Hirsch é o de bem posicional. Bem posicional seria aquele cuja satisfação provém, em boa medida, do não consumo deste bem por parte dos outros indivíduos, seja devido ao seu caráter simbólico, seja porque a sua qualidade deteriora-se com o aumento do consumo. A maior parte dos bens possuem um componente intrínseco e um componente posicional. Casos extremos de bens materiais puros e bens posicionais puros são raros ou, pelo menos, não são os elementos relevantes que sustentam e realimentam a dinâmica capitalista, o que nada mais é do que o sintoma de uma sociedade que ultrapassou a etapa da mera satisfação das necessidades biofisiológicas. Um alimento ou uma peça de vestuário possuem características obviamente intrínsecas, mas o grau de satisfação do consumidor será maior se ele se alimentar com uma iguaria rara em um ambiente requintado ou usar um terno de uma etiqueta famosa.

Devido à definição de bem posicional, a escassez social é sempre inevitável. O mercado liberal pressupõe que ações individuais isoladas e fragmentadas conduzem a um equilíbrio, independente dos resultados substantivos aferidos por cada parte envolvida na troca. Em equilíbrio, os termos de troca são justos, uma vez que o grau de utilidade ou satisfação das duas partes será exatamente igual, não havendo incentivos para mudanças de posição. Entretanto, “se os indivíduos compreendessem as conseqüências totais de suas preferências, em particular, a impossibilidade de expandir o bem-estar social, que depende da posição relativa, e não da produtividade individual” (Hirsch, 1977, p. 105), provavelmente reformulariam as suas preferências e não fariam a troca. O argumento é um golpe na análise tradicional neoclássica, já que, mesmo em equilíbrio, os agentes envolvidos na troca não estarão maximizando sua satisfação.

O mercado é irracional em dois sentidos. Em um sentido mais restrito, decisões individuais racionais conduzirão a resultados irracionais do ponto de vista de seus objetivos específicos, ou seja, das suas preferências individuais. Em um sentido mais geral, a ação individual isolada, movida pelo interesse pessoal, conduz a resultados sub-ótimos em termos de sociabilidade. Portanto, o ótimo social só pode ser obtido se o indivíduo tiver um comportamento socialmente racional. As crises nas sociedades contemporâneas são explicadas pelo esvaziamento do legado moral, isto é, pela ausência da percepção do público na práxis do interesse de cada indivíduo. A sociabilidade e a cordialidade são passadas pelo crivo dos custos/benefícios individuais. Para o indivíduo isolado, os custos são altos, porque na sociedade mercantil a sociabilidade torna-se um bem público. Enquanto a troca econômica envolve ações específicas e recompensas imediatas, os valores de sociabilidade envolvem ações difusas e recompensas não imediatas. Em um mundo ontologicamente caracterizado por indivíduos racionais utilitaristas, a ação auto-interessada será sempre a ação preferida, uma vez que os ganhos privados serão maiores que os custos públicos.

A competição econômica posicional cria uma ordem de insatisfeitos - muito embora seja harmoniosa no sentido do ótimo paretiano - e, no limite, conduz à insatisfação com a ordem, uma vez que a lógica privatista desintegra os laços de sociabilidade. O não cumprimento da promessa liberal de recompensa individual em proporção ao esforço individual dá origem a frustrações e ameaça a estabilidade do sistema.

Há duas saídas possíveis para a constituição da ordem: pela política ou pela cultura. O problema da política é que ela está minada pelos chamados interesses especiais. O processo político é um espaço mercantil, governado pelo auto-interesse. A constituição de uma ordem explícita de tipo social-democrata - na suposição de que esta ordem poderia resgatar institucionalmente algum elemento de ética e reconduzir a sociedade, perdida pelas forças cegas do mercado, à felicidade - é inútil. A natureza do ator que se movimenta na política é a mesma do ator que age no mercado. O Estado é uma arena de grupos de pressão advindos da sociedade que visam a obtenção de ganhos particularistas.

A saída de Hirsch é internalizar o público no interesse privado, é substituir a ordem explícita estatal pelos constrangimentos implícitos de uma nova ética social, capaz de produzir virtude cívica, recuperando a moralidade pública perdida pela burguesia capitalista. O interesse bem compreendido inclui, na percepção do indivíduo, a noção de que os meios coletivos são necessários para o alcance de seus fins individuais. A recuperação de qualidades morais que estão fora da cultura individualista permite que os indivíduos coordenem seus objetivos explicitamente. O mercado com o interesse bem compreendido regenera-se, pois o *approach* coletivo evita as frustrações de ações isoladas e não coordenadas.

Pode-se criticar Hirsch pelo seu excessivo idealismo, em que as tarefas humanas seriam, em boa parte, determinadas pelas idéias humanas, relegando-

se a um segundo plano a importância da estrutura de poder de onde derivam as relações sociais. Segundo Taylor-Gooby, as relações sociais não derivam da consciência individual, mas do modo capitalista de produção e dos laços familiares e, portanto, são rígidas ao longo do tempo. A partir da constatação da relativa durabilidade das características básicas da sociedade, este autor conclui que Hirsch subestima a capacidade de permanência de uma ordem normativa explícita do tipo *welfare*, capaz de refrear a obsessão dos indivíduos por *status*, derivada da natureza social do consumo. Mas a principal crítica que pode ser desenvolvida contra o argumento hirschiano é de que a racionalidade individual não necessariamente conduz à desordem, mas sim a falta de um modelo institucional adequado, capaz de refrear e conduzir os impulsos individuais para o bem comum. Ao maximizar seus objetivos particulares, o indivíduo depara-se com um conjunto de restrições, sejam sociais, sejam institucionais. Além disso, Hirsch subestimou o caráter intertemporal das instituições para a resolução dos conflitos. A existência de algumas instituições permite a formulação de expectativas sobre ganhos futuros¹. As instituições permitem que os indivíduos pensem em termos de longo prazo, ao invés de se aterem a um horizonte de curto prazo.

Bibliografia

- CROUCH, C. "Market Failure: Fred Hirsch and the case for Social Democracy". In: Adrian Ellis e Krishan Kumar, eds. *Dilemmas of Liberal Democracies: Studies in Fred Hirsch's Social Limits to Growth*. Londres, Tavistock, 1983.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- HIRSCH, F. *Social Limits to Growth*. Cambridge, Harvard University Press, 1983.
- TAYLOR-GOOPY, P. "The Distributional Compulsion and the Moral Order of the Welfare State". In: Ellis, A. e Kumar, K., eds. *Dilemmas of Liberal Democracies: Studies in Fred Hirsch's Social Limits to Growth*.
- PRZEWORSKI, A. *Democracia e Mercado: Reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

¹ Ver, por exemplo, a argumentação de Adam Przeworski (1994) sobre os motivos da adesão racional à democracia.

Ensaio de curso

Ângela Fatorelli*

O trabalho apresentado refere-se à resposta das questões propostas ao final do curso de Teoria Política I, ministrado pelo prof. Renato Lessa no primeiro semestre de 1994. O trabalho se propôs esclarecer os vínculos entre as concepções de história e as idéias sobre os limites do conhecimento em alguns autores clássicos da teoria política. Os escolhidos como pontos centrais da análise foram Karl Marx, Alexis de Tocqueville e Jean-Jacques Rousseau.

Não cabe aqui detalhar justificativas sobre as motivações que levaram-me à escolha dos protagonistas, e sim direcionar esta apresentação para um breve resumo dos pontos levantados como hipóteses no curso do trabalho.

Aponto não ser de grande dificuldade aceitar que a teoria política é dotada de uma particularidade frente à outras formas de intervenção filosófica no mundo, que versa sobre a capacidade de criação de mundos paralelos, através de “narrativas imaginárias” que, dotadas de categorias exógenas ao mundo, são funcionais para o estudo da realidade factual e para a criação de peças que podem servir de modelo institucional, como se “decantassem” no mundo real através do discurso teórico. Acredito ser de primeira importância, para a observação de tal hipótese de trabalho em cada um dos autores escolhidos, atenção para com a concepção de história de cada um destes, como ferramenta de reflexão e de capacidade de lidar com o futuro, em um sistema que toma como pressuposto a idéia humana como fundadora da vida ordinária e da ordem política, e de suas categorias.

Rousseau e Marx vêem um curso da história passível de explicação pelo uso da razão. Marx, assim como Maquiavel, acredita que a própria noção de poder relaciona-se com a possibilidade de lidar com o que está por vir, baseada no conhecimento das causas e efeitos dos fatos e interações pretéritos. Ele não só crê na razão, como a considera ferramenta que confere caráter de cientificidade ao conhecimento humano. O conhecimento e seu processo são suas atividades práticas, o que faz par com o reconhecimento da existência de uma ordem concreta modificável pelo conhecimento.

* Mestranda em Ciência Política no IUPERJ.

A teoria política, como tomado por suposto acima, trabalha com abstrações sobre o mundo e a construção de realidades paralelas, com signos exógenos a esta, para analisá-la e possibilitar a criação ou a inspiração de novos desenhos institucionais.

Ponto comum nos autores escolhidos é sua fé na existência de uma “crueldade” ou da situação decadente do homem da época que presenciam. Rousseau, quando apresenta tal condição, apresenta a criação da sociedade civil como o ponto a partir do qual as iniquidades e infelicidades sociais surgiram. Karl Marx acredita que o movimento das forças produtivas da sociedade e o modo de sua organização impuseram tal história ao homem. Os dois autores dão o ponto: para o primeiro “existiu” - e pode existir novamente - uma ordem que conte com o respeito à liberdade e à igualdade, através de um Estado fundado na razão e nas leis humanas. Marx, por sua vez, crê na redenção através da superação dos conflitos que o capitalismo traz em seu bojo como características indissociáveis. Este sistema, que atingiria seu ápice no desenvolvimento da sociedade industrial, teria seu fim orquestrado pelo proletariado, classe que teria em seu esquema teórico a missão irreprensível e incontornável de tal tarefa.

Tocqueville coloca-se em um posição resignada diante de quadros que apresentam guerras, distúrbios ou desequilíbrios, se comparado com os autores acima. Sua preocupação chave não se relaciona à descoberta das razões ou dos motivos estritos que levam a estes, nem de possíveis soluções infalíveis para tais problemas. O fantasma que o ronda é a possibilidade de imprevisibilidade e de rompimento de laços de sociabilidade, ou a desordem total das expectativas. O sistema ideal é aquele que se apresenta como o melhor para a situação e a cultura política de cada nação. Ele não nutre entusiasmo por nenhum modelo particular de organização social, desde que sejam mantidas certas características da sociedade, que remetem constantemente à idéia de defesa do pluralismo e da estabilidade.

Marx acredita poder iluminar trajetórias de ação com sua obra. Sua pretensão passa por estimular a reflexão intelectual e proletária, esta enquanto classe geradora de mudança. Tudo, em sua teoria, é explicável por uma lógica anterior causal. Acidentes, como ruptura narrativa, simplesmente não acontecem: há causas para qualquer ação, e fenômenos são avaliados em sua regularidade. Paira, acima de todas as esferas da vida social, o modo de produção econômica, que domina o desenvolvimento dos outros cenários da vida social, política e moral. Marx tem uma espécie de programa de pesquisa orientado para a prática, na medida em que não é possível analisar sua teoria sem atentar para seus objetivos no mundo factual, quando estes o orientavam. O marxismo é um exemplo radical de naturalismo ontológico, que afirma a existência dos objetos e da relação entre as coisas do mundo real independente de qualquer juízo

humano, e de leis gerais que regulam todos os movimentos da sociedade cuja fonte primária se encontra na estrutura da organização produtiva da sociedade. Há um determinismo em relação ao processo histórico: seguindo os passos dados por estas leis, ele levaria invariavelmente a um certo ponto.

O método de Rousseau rezava que a investigação do passado de nada valia, e que consultas a fatos e pesquisas constituíam conhecimentos hipotéticos. O saber real sobre a ordem do mundo encontra-se na consciência humana, que é dada através da razão. A sua fixação no futuro deve-se à continuidade da tarefa humana de constituir uma ordem racional; até chegar a este momento, e a partir daquele que funda a sociedade civil, a história humana é a narrativa sobre sua condição decaída.

Existe uma causalidade na seqüência de tal trajetória, cognoscível através da razão. De início, é possível perguntar o motivo que levou o homem a abandonar uma situação onde reinavam a liberdade e a bondade para fundar a sociedade civil. As razões para o acontecimento desta são mais claras nos outros contratualistas; Rousseau passa por isso de uma forma um tanto obscura. Todavia, ele crê na “demonstrabilidade” da existência deste contrato. A resposta, mais uma vez, deve ser buscada no individualismo e em sua natureza. Eis a chave da história.

Apesar da falta de uma razão clara sobre a formação deste mundo, Rousseau prossegue em sua análise daquilo que a sociedade foi, de como é hoje e de como poderia ser. Sua tarefa é buscar um modelo de Estado que coloque a lei acima dos homens, e garanta a igualdade e a liberdade. Uma modalidade de poder político que estabeleça a ordem, um Estado poderoso e aplainador de vontades e interesses individuais, na busca daquilo que seria “o anseio geral”, de uma impessoalidade natural. Tal idéia aparentemente se contradiz com as de um pensador identificado com o romantismo e a pureza ordinários, e a bondade intrínseca ao homem em seu estado “selvagem”. De um ponto de vista pessoal, porém, estas colocações não constituem paradoxos. Rousseau trata de realidades diversas, em que o Homem não segue os mesmos padrões. Ele segue, nisto, uma linha iniciada pelo humanismo renascentista, que não crê em uma rígida separação entre indivíduo e Estado mas, ao contrário, em um esquema em que este último pode representar um importantíssimo papel na vida privada.

Há, então, uma posição otimista em relação ao futuro humano, justificada pela procura e estabelecimento de um Estado “legalista”. É um pouco heróico e até injustificado, mas a resposta para tal situação decaída estaria na natureza e na racionalidade humana, esta sim capaz de conhecer os problemas, deter a verdade e causar transformações, através de um aprimoramento do cidadão e da ordem no qual seja possível administrar a lei. Haveria nesta ordem uma

modalidade de poder simétrica àquela “natural”, com uma imutabilidade capaz de resistir aos deslizes humanos, e de pôr justiça no mundo.

A nova ordem teria de ser garantida por esta racionalidade "originária", aliada a um corpo que garantisse a execução de leis e a manutenção das liberdades - o sujeito, aqui, tem que se sentir “cidadão” de todas as formas desta ordem, para que tal projeto possa vingar. A origem da sociedade e do fundamento do poder político deriva de um contrato. A vontade geral é sempre justa, vai de encontro ao bem público e é legítima.

A vontade geral indica, no contrato social de Rousseau, a vontade coletiva do corpo político. Esta emana do povo e se expressa através da lei, que deve ter caráter obrigatório, e cujo cumprimento garante a liberdade. É como se fosse a vontade racional do Estado somada à do povo e à individual. Como já visto, o ponto de partida da análise passa pela capacidade dos homens de simular estados de mundo e ordená-los, tornando possível criticar o mundo ordinário através de critérios que não lhe são peculiares.

Tocqueville se opõe a alguns “clássicos” quando rejeita sínteses amplas, com a pretensão de prever o curso da história, quando reconhece a precariedade do conhecimento em relação à capacidade de determinar os rumos dos acontecimentos. Não acredita - ou ao menos não com muita convicção - que a história passada e a futura sejam determinadas por leis inexoráveis e incontornáveis; sua sociologia do conhecimento apresenta, assim, o caráter débil deste, quando avalia que as interpretações do mundo e as próprias manifestações humanas foram tão aleatórias no passado quanto podem ser no futuro.

O homem, como já dito, não detém o controle dos eventos. A história aparece tal qual uma polifonia, mas ele reconhece e aceita a infinita tarefa de compreensão da diversidade - e da sua unidade. A narrativa espelha alguma “linguagem”; há relação dos fatos com a forma como são narrados. Será que é preciso moldar os acontecimentos para “cabem” nas narrativas? Talvez, em Tocqueville, não. Se acaso a narrativa usa uma filosofia de história para legitimar algum conhecimento, é possível o questionamento sobre a real validade de instituições sociais nesta baseada. Marx, com sua grande narrativa, tenta legitimar aquilo que estaria por vir - a história do fracasso do capitalismo - através de práticas de militância e de orientação política que agem sobre o mundo: os indivíduos estão sempre guiados por uma lei maior, que os transcende. Em Rousseau, tal lei é a própria constituição natural humana.

As narrativas, de algum modo, criam ordens que podem ser fictícias e artificiais, mas que permitem uma perspectiva de observação do mundo, que se apresenta caótico. As teorias tentam atribuir lógica ao mundo, como se os fatos

fossem “enquadrados” postumamente a alguma narrativa e ganhassem, assim, valor e significado. A ordem cotidiana pode ser encarada como uma representação tediosa e repetitiva, apesar da inegável presença de fatos que conseguem abalar de forma definitiva o mundo e sua organização. Estes também poderiam ser encaixados em tal perspectiva?

Existem autores que acreditam na existência de um mundo real factual apreensível pela mente humana e modificável pela ação prática de idéias. A teoria social se caracterizaria pela tentativa de imaginar aquilo que estaria próximo da realidade social. E tal mundo não pode ser referido sem ser narrado, quando o discurso específico da teoria política está na capacidade de formulação de mundos; tal processo não se dá coletivamente: é construído a partir da ótica particular de cada pensador. O conteúdo cognitivo das ações humanas é precário, e a pretensão de verificação de teorias através de experiências factuais acaba por dar a possibilidade de falsificação e confirmação de qualquer teoria, como para Tocqueville. Talvez não seja realmente possível conhecer o mundo.

A história pode ser fonte de exemplos úteis na construção de grande parte das teorias políticas, mas é usada de formas diversas. Pode ser vista como ingrediente fundamental para a busca de algum padrão comportamental que pode apontar causalidades entre os fatos e contribuir para a busca de previsibilidade do mundo social. Segundo outros, porém, a história aparece como um “caldeirão” de exemplos caóticos, de onde nada se pode retirar nem concluir.

Bibliografia

KREISWIRTH, M. “Trusting the tale: the narrativism in the human sciences”. In: *The New Literary History*, Vol. 23, 1992.

MARX, K. *A Questão Judaica*. São Paulo, Moraes, 1991.

_____. *Textos*, Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

ROUSSEAU, J.J. *Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. *Do Contrato Social*. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

TOCQUEVILLE, A. *O antigo regime e a revolução*. Brasília, Hucitec/UnB, 1989.

_____. *Democracia na América*. Belo Horizonte, Itatiaia.

_____. *Lembranças de 1948*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

Ciência e tecnologia no Brasil: o caso do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron

Marcelo Burgos^{*}

Este trabalho é um sumário do argumento que venho desenvolvendo no âmbito da minha tese de doutoramento, cujo objeto central é o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS).

A análise que se segue parte da hipótese de que o formato organizacional pensado para esta instituição, suas ambições e o modo pelo qual pretende alcançá-las são aspectos que somente podem ser plenamente compreendidos levando-se em conta os problemas postos para a ciência e tecnologia (C&T) nacional no início dos anos de 1980 - momento em que ganha substância a idéia de construir um laboratório nacional para abrigar um acelerador circular de partículas produtor de luz síncrotron. Tal hipótese deriva do fato do projeto de construção do LNLS surgir e se consolidar animado pela intenção de vir a representar, ele mesmo, uma alternativa concreta de modernização da C&T nacional.

Mais precisamente, a hipótese da análise é a de que as intenções e dificuldades que compõem a experiência do LNLS constituem uma boa medida daquilo que, no caso particular desse laboratório, pode ser estendido à C&T em geral: a saber, a busca de uma nova inscrição social para esta atividade, o que se impõe não apenas como reação ao comportamento errático do Estado, mas principalmente como uma necessidade derivada das mudanças trazidas pela restauração do regime democrático, conforme se verá adiante.

No intercurso entre as intenções do LNLS e as dificuldades encontradas para sua realização estão: os desafios técnicos envolvidos na realização da máquina - pois o LNLS opta pela construção da maior parte de seus componentes -, a ambição de mobilizar o setor produtivo nacional enquanto parceiro do processo de construção da máquina (mas também enquanto futuro usuário da fonte de luz síncrotron), e a necessidade de difundir o potencial da luz síncrotron entre os cientistas e de qualificá-los para o seu uso. Mas são igualmente

^{*} Mestre em Planejamento Econômico e Políticas Públicas pelo IEI/UFRJ e doutorando em Sociologia no IUPERJ.

relevantes aquelas dificuldades externas às intenções do LNLS, decorrentes, sobretudo, da instabilidade da política federal de C&T, a qual determina a crônica fragilidade financeira que acompanha a construção do Laboratório, condição que o obriga a um permanente exercício de economia na realização de seus objetivos e no cumprimento de seus respectivos cronogramas.

I

O LNLS¹ foi idealizado por físicos ainda em 1981, e somente em fins de 1986 começou a se tornar realidade, quando o Ministério da Ciência e Tecnologia liberou recursos extraordinários para o projeto, permitindo que uma reduzida equipe de físicos, engenheiros e técnicos iniciassem a construção de uma parte da máquina, a saber, o acelerador linear de elétrons. Cabe dizer que, além deste acelerador (que será o injetor de elétrons, com uma energia em torno de 100 Mev), a fonte de luz síncrotron brasileira terá um acelerador circular (onde a energia alcançará cerca de 1,15 Gev) e um anel de armazenamento (que, no projeto brasileiro, será acoplado ao acelerador circular), onde os elétrons ficarão circulando, e de onde serão extraídos os feixes de fótons. A previsão é de que, a partir de julho de 1996, a fonte de luz síncrotron brasileira esteja à disposição dos usuários.

Tomando, portanto, o ano de 1981 como marco inicial da história do LNLS, vemos que nada menos que quinze anos serão necessários até a efetiva concretização de seu objetivo central, qual seja, a produção de luz síncrotron. Contudo, neste caso, o que tem sido motivo de angústia e de incerteza para aqueles que estão à frente da realização do LNLS parece representar, sem nenhum paradoxo, uma rica oportunidade para a investigação sociológica, uma vez que o estudo desses quinze anos permite uma aproximação com a dimensão e a magnitude do desafio colocado aos cientistas atuantes no Brasil, desde o momento em que o país começa a emergir do longo regime militar até os dias de hoje.

É que o LNLS começa a ser pensado, no início dos anos 80, no âmbito de um esforço mais amplo, que mobiliza cientistas e tecnólogos, mas também técnicos atuantes na política governamental de C&T - particularmente do CNPq. Este esforço tem como elemento comum a procura de alternativas a problemas então percebidos como obstáculos à modernização da atividade no país, em especial os problemas derivados de seu padrão atomizado de organização e, sobretudo no caso da ciência, de seu encerramento na universidade, resultado de sua falta de articulação com a tecnologia e com o setor produtivo. Tendo em

¹ O LNLS está sendo construído em Campinas, e é uma instituição subordinada ao CNPq. Ele é dirigido por Cylon Gonçalves da Silva, sua divisão científica é coordenada por Aldo Craievich e a divisão de projeto, por Ricardo Rodrigues, todos físicos.

mente esse contexto, pode-se supor que a percepção da necessidade de se organizar um Laboratório efetivamente nacional - capaz de somar esforços entre as diversas instituições científicas do país e, ainda, de criar formas de contato com a tecnologia e com o setor produtivo - antecede a própria convergência em torno da escolha da luz síncrotron.

Ao lado disso, naquele momento também estava posta, no campo específico da física, a necessidade de se encontrar modos de viabilizar a física experimental no país, resultado da percepção de que esta dependia de instrumentos cada vez mais sofisticados e, muitas vezes, só acessíveis no exterior². Assim é que a idéia de construir uma máquina síncrotron no Brasil nasce associada ao intuito de reverter o caráter marcadamente teórico da física que se fazia no país, em particular no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas³.

Pois bem, partindo da percepção dos problemas e necessidades que diziam respeito à C&T em geral e à física em particular, chega-se ao projeto de construção de um laboratório nacional, e daí à luz síncrotron. Assim, se é verdade que o projeto não conquista de imediato aliados fora do núcleo que buscava reformar o CBPF, também é verdade que a conquista de um apoio mais abrangente somente seria possível porque havia uma percepção geral, entre os cientistas, de que a situação em que se encontravam exigia reflexão e respostas concretas. É neste ambiente que a luz síncrotron se afirma como uma alternativa extremamente atraente, tão atraente que a questão mais diretamente ligada ao CBPF vai gradativamente sendo deixada em segundo plano, à medida que grupos de outras instituições o identificam como um instrumento capaz de modificar o perfil da C&T nacional.

A esta altura, ademais, já se tinha um razoável conhecimento dos laboratórios de luz síncrotron existentes no exterior. Alguns de nossos cientistas, inclusive, já conheciam de perto a luz síncrotron, tendo realizado experiências com este instrumento e possuindo por isso exata noção de seu poder para pesquisas de material em nível molecular e atômico, em diversos campos da ciência - tais como a física, a biologia e a química - e da tecnologia - na área de materiais,

² Não que não houvesse no país centros que se dedicassem à física experimental, mas estes, embora importantes - como são os departamentos de Física da Unicamp e da Universidade de São Carlos - permaneciam como centros isolados, e o que se discutia no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) era a construção de uma alternativa capaz de ter impacto mais profundo e abrangente sobre a maneira pela qual se fazia a física no país. Uma possibilidade a ser investigada, a propósito, é a provável influência da experiência acumulada por aqueles departamentos sobre a reforma que se buscava fazer no CBPF.

³ O CBPF, vale dizer, é criado em 1949 como uma instituição privada, mas em 1976, após sofrer um violento desmonte imposto pelo regime militar, é incorporado ao CNPq. E é no âmbito dessa sua incorporação ao CNPq, na busca de uma nova missão para ele, que, sobretudo a partir de 1980, se coloca a necessidade de se buscar novas vias para a realização de pesquisas experimentais.

biotecnologia e microlitografia, para citar algumas das áreas mais importantes. É que, diversamente das formas tradicionais de radiação, a luz síncrotron se caracteriza por um alcance de amplo espectro e intensidade - dependendo do porte da máquina, ela pode ir do infravermelho aos raios gama -, além de permitir uma sintonização precisa do espectro desejado em cada experiência (Gonçalves da Silva e Rodrigues, 1987).

Outra característica importante da fonte de luz síncrotron é que a sua construção, isto é, a construção das estruturas aceleradoras e do anel de armazenamento de elétrons, é considerada relativamente simples e barata, especialmente se comparada aos aceleradores de altas energias⁴. A ampla utilidade e versatilidade da luz síncrotron, além da sua simplicidade relativa, são fatos notados pelos principais países desenvolvidos já nos anos de 1960, quando passam a adaptar seus aceleradores de altas energias à produção de luz síncrotron. No início dos 70, já estão construindo aceleradores com a missão específica de produzir luz síncrotron.

II

Daí que, diversamente do que ocorre com os aceleradores de altas energias, cuja escala e complexidade envolvida no investimento o torna proibitivo aos chamados países em desenvolvimento, a construção de fontes de luz síncrotron atrai também um número crescente desses últimos, que vêem aí uma oportunidade estratégica de atualização em relação à C&T feita no mundo desenvolvido. É por isso que países como China, Índia, Coreia do Sul e Taiwan já dispõem ou estão construindo anéis síncrotron. O Brasil deverá ser o primeiro país do hemisfério sul a dispor de uma fonte de luz síncrotron.⁵

Conforme já insinuado neste trabalho, no Brasil - como também, muito provavelmente, nos demais países em desenvolvimento - a luz síncrotron se afirma mais pela força de seu apelo político-estratégico do que solicitada por exigências internas ao desenvolvimento científico e tecnológico; e esse é um

⁴ Apenas para que se tenha uma idéia das diferenças envolvidas nesta comparação, um acelerador de altas energias opera na casa das centenas de bilhões de eletrovolts, e seu custo de construção pode chegar aos bilhões de dólares, enquanto um acelerador síncrotron opera com uma energia que normalmente varia entre 0,8 GeV e 5 GeV, a um custo que em geral não passa dos 100 milhões de dólares.

⁵ Sobre o caráter estratégico da luz síncrotron para os países em desenvolvimento, ver "Synchrotron Radiation - South/North Roundtables" in The Third World Academy of Sciences, Trieste, 1986. Cabe observar, ainda, que atualmente 15 países (incluindo o Brasil) detêm ou deverão deter fonte síncrotron, sendo que no Japão há sete anéis exclusivamente dedicados à microlitografia (a partir da qual se dá a base da informática moderna). Para informações técnicas sobre os anéis existentes no mundo, ver "Overview of Synchrotron Radiation Sources World-Wide", in Synchrotron Radiation News, vol. 4, no. 5, 1991.

aspecto que, possivelmente, particulariza o processo de construção e as ambições do LNLS relativamente a seus similares nos chamados países desenvolvidos. De fato, não havia em nossa C&T uma demanda imediata que justificasse o investimento na construção de uma fonte de luz síncrotron; o que existia, isto sim, era um consenso quanto à necessidade de se definir uma estratégia de transformação da forma pela qual a C&T vinha sendo feita no país, e a luz síncrotron pareceu poder servir perfeitamente a tal necessidade.

Mas se na China, como nos Tigres Asiáticos, a mesma precedência da política sobre a ciência possivelmente explique o investimento feito nesse instrumento, parece razoável supor, entretanto, que lá - pela própria natureza da relação Estado-sociedade que caracteriza aqueles países - o caráter estratégico da luz tenha sido suficiente para justificar o esforço realizado pelos Estados, que, afinal, fazem prospecção permanente das “janelas de oportunidade” que por vezes se abrem no curso do desenvolvimento mundial da C&T. Tal prática, como se sabe, é no mínimo estranha ao Estado brasileiro, especialmente a partir dos anos de 1980, fator que certamente reduz a própria força do apelo estratégico que a luz parecia comportar.

Desse modo, e para resumir, o que particularizaria a história da luz síncrotron no Brasil, relativamente àquela dos chamados países em desenvolvimento, é que ela vem sendo feita basicamente por cientistas (a Índia talvez se aproxime do caso brasileiro), que ora contam com o apoio do Estado para avançar, ora avançam apesar dele. Se esta hipótese é pertinente, para que o LNLS possa ganhar uma efetiva inteligibilidade, faz-se necessário um esforço de compreensão sobre as razões que permitem e que empurram os cientistas para a condição de atores políticos protagônicos em nossa sociedade.

III

Em termos bem genéricos, pode-se dizer que é no ambiente de crise financeira e de fragilidade política do último governo do regime militar que os cientistas (mais que os tecnólogos, por razões que não vem ao caso explorar) começam a se dar conta de sua delicada posição social. Após quase uma década de expansão contínua do orçamento para C&T, os cientistas se deparam com a escassez de recursos, e isso, a meu ver, acaba sendo decisivo para estimular uma percepção nova entre eles, qual seja, a de que a quase completa ausência de relação entre a sua atividade e a tecnologia tendia a ameaçar sua própria capacidade de reprodução. Nesta hora, portanto, começa a ganhar visibilidade o fato de que o país dispunha de um parque industrial relativamente moderno que, no entanto, não tocava a malha institucional de C&T, em que pese esta haver sido amplamente diversificada e descentralizada ao longo dos anos de 1970. Também

ganha corpo o diagnóstico que associa essa situação ao modelo econômico adotado pelo regime militar, que teria favorecido um processo de modernização industrial calcado na importação de pacotes tecnológicos fechados. Seja como for, o que importa aqui é advertir para o fato de que cientistas e tecnólogos, multiplicados pelo investimento feito pelos governos militares - sem precedentes na história do país -, começam a se dar conta de que não têm uma inscrição definida em sua sociedade.⁶

Neste marco contextual, a redemocratização política do país torna mais complexa a situação, uma vez que a explosão de conflitos e a nova lógica de negociação das políticas públicas que o próprio jogo democrático impõe tornam a C&T prisioneira de seu isolamento relativamente à sociedade. No calor do início da Nova República, é mesmo freqüente o questionamento: por que investir em C&T? A ciência, em especial, é vista por muitos como uma atividade supérflua para um país atravessado por tão profundos conflitos sociais.⁷ Tal objeção, aparentemente, fazia todo o sentido. Afinal, por que sustentar uma atividade que existia exclusivamente para se auto-reproduzir? Contudo, no fundo, ela recobria uma outra questão, esta mais complexa, uma vez que o que estava em jogo era o projeto de Estado nacional que se buscava definir, pois, mesmo sem ter alcançado seus objetivos, o alto investimento em C&T feito pelos governos militares fora animado pelo "Projeto Grande Potência", que pretendia criar uma base produtiva nacional capaz de nos tornar autônomos em áreas estratégicas.⁸ A derrota desse projeto no âmbito mesmo das Forças Armadas, e seu completo deslocamento com a redemocratização política do país, acabaria fazendo com que a C&T perdesse o seu status de área estratégica, ficando, desse modo, condicionada à reformulação do projeto de Estado e de Sociedade, cujos parâmetros ainda hoje não foram inteiramente delineados.

A necessidade de sair em defesa da C&T vai amadurecendo entre os cientistas; no entanto, a sua tradução em projetos alternativos específicos não ocorre de modo imediato (o projeto do LNLS seria uma exceção), e a maior parte de suas iniciativas se voltam, a princípio, basicamente para o próprio Estado, reiterando, dessa maneira, um comportamento já tradicional entre os cientistas, qual seja, o de buscar fórmulas capazes de assegurar uma situação de maior

⁶ Os dados relativos à pós-graduação dão uma boa idéia da mudança na escala promovida pelo regime militar. Entre 1969 e 1980, o número de cursos de pós-graduação passa de 228 para 992, e o número de alunos, de 1372 para 38609. (Oliveira, 1985). No campo específico da física, o número de doutores atuando no país passa de 200, em 1970, para 800 em 1986 (Rezende, 1993).

⁷ Esse tipo de questionamento é reconhecido como válido no âmbito do grande debate sobre C&T organizado em 1985 pelo MCT, no qual se admite que o "valor da C&T não é transparente para várias camadas da sociedade". Daí se entender como crucial responder à seguinte questão: "de que forma equacionar o problema da C&T enquanto prioridade de governo, com a enorme dívida social hoje existente no país, e cujo resgate é urgente?" (MCT, Finep e CNPq, 1985, pp.12 e 15).

⁸ Sobre a importância da C&T para o projeto Grande Potência desenvolvido pelos militares, ver Cavagnari, 1993.

estabilidade para a sua atividade exclusivamente através de rearranjos institucionais no seio do Estado. A ampla aposta e mobilização pela criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) é possivelmente o melhor exemplo disso.

Mas o fato é que, embora inicialmente prestigiados pelo governo da Nova República, as vitórias concretas que os cientistas obtêm naquele instante não alteram substancialmente o elevado grau de instabilidade que caracteriza a sua posição. O MCT nasce relativamente forte, mas vai se esvaziando; o aumento do fluxo orçamentário obtido nos primeiros anos da gestão Sarney tampouco resiste à crise financeira de 1988. Aliás, o fluxo orçamentário da C&T ao longo dos 80 nos dá uma boa idéia do grau de instabilidade que caracteriza a atividade, perfazendo como que duas parábolas, caindo entre 1981 e 1984, subindo entre 1985 e 1987 - sob os efeitos do Plano Cruzado -, e voltando a cair a partir de 1988 (Schwartzman, 1993).

IV

No entanto, ainda que de modo lento e incremental, a tradução da consciência do isolamento em ações capazes de estabelecer uma efetiva inscrição social da C&T vem ocorrendo, resultado da vivência de cientistas e tecnólogos em uma situação de aguda instabilidade financeira e institucional mas, sobretudo, da vivência em um regime democrático, o qual vai ensinando à sociedade como um todo - não apenas aos cientistas e tecnólogos - que a possibilidade de reprodução e de expansão de toda atividade depende de certo grau de legitimação social - por oposição a uma situação anterior, em que o decisivo era a vontade do Estado.

De fato, a coincidência histórica entre a democracia política e o enfraquecimento da capacidade de ação do Estado sobre a economia e sobre a sociedade (isto é, da sua capacidade de realizar políticas públicas) mostrar-se-ia particularmente dramática para cientistas e tecnólogos que, afinal, estão à frente de uma atividade que solicita investimentos crescentes - se pretende estar atualizada em pelo menos alguns nichos da C&T, relativamente ao que se faz nos países desenvolvidos - mas que só costuma produzir resultados socialmente tangíveis a médio e longo prazo, e em condições que favoreçam a sua relação com o setor produtivo e com os interesses em geral.

Mas é justamente essa coincidência histórica que constringe os cientistas e os tecnólogos atuantes no Brasil a um esforço de readaptação à nova lógica de funcionamento da sociedade. Isso, mais o fato de o país dispor de uma base institucional relativamente diversificada e descentralizada, explicaria o movimento de renovação hoje em curso, levando a crer que podemos estar ingressando em um novo ciclo de criatividade institucional, a partir das iniciativas desenvolvidas,

em pontos diversos do país, em áreas como a biotecnologia, a química fina, a ciência dos materiais, a informática e tantas outras, destinadas, todas, a permitir uma relação mais intensa e dinâmica entre a ciência básica, ciência aplicada, tecnologia e o setor produtivo. São iniciativas até certo ponto isoladas, mas que vêm ocorrendo a partir do empenho de cientistas e tecnólogos, solicitando e forçando o apoio do Estado - particularmente importante neste processo tem sido a mobilização dos governos estaduais - e modificando lentamente o cenário de isolamento da ciência relativamente à sociedade.

Nesse “novo mundo”, de resto ainda embrionário e indiscutivelmente ameaçado pelo tipo de impacto que o incógnito processo de globalização poderá ter sobre a C&T nacional, o LNLS não constitui, portanto, uma experiência singular, mas talvez seja a mais importante, não apenas porque vai oferecer ao país um instrumento de infra-estrutura atualizado com a moderna C&T, mas também porque pretende intervir (e já está intervindo) - através de seu exemplo, e do alcance de seu trabalho de mobilização de interesses múltiplos, antes dispersos na sociedade -, no modo pelo qual aqui se faz C&T, posicionando-se, desse modo, como ator influente na luta pela afirmação da centralidade da C&T para o projeto de Sociedade e de Estado que se está desenhando no país.

Bibliografia

CAVAGNARI, Geraldo. *P & D militar: situação, avaliação e perspectivas*, 1993.

GONÇALVES DA SILVA, C.E.T. e RODRIGUES, A.R.D. *Laboratório Nacional de Luz Síncroton - uma fábrica de fótons*. Campinas, MCT/CNPq/LNLS, 1987.

MCT, Finep e CNPq. *Ciência e tecnologia numa sociedade democrática: termos de referência*, 1985, pp.12 e 15.

OLIVEIRA, D.R.A. “Distorções da trajetória de financiamento à pesquisa”. *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol.16, no. 6, 1985.

REZENDE, S., *Avaliação da área e proposições para a física no Brasil* EAE/FGV, São Paulo, 1993.

SCHWARTZMAN, S. (coord.) *Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global*. São Paulo, EAE/FGV, 1993.

Publicidade, política e juízo em H. Arendt

Paulo Sérgio Daflon Barrozo*

“*Eu vivo bem o século que passa.*
Sente-se o vento de uma folha imensa
escrita por Deus, e por ti e por mim
de mãos estranhas a pender suspensa.
Percebe-se o clarão de uma página nova,
sobre a qual tudo pode vir a ser.
As calmas forças testam-lhe a extensão
e trocam olhares na escuridão.”

Rilke, *O livro de horas*.

Em seu *O cânone ocidental*, Harold Bloom atribui a uma obra, para que entre no cânone literário, uma característica determinada: a estranheza. Estranheza não digerida, que sempre nos atordoa; ou estranheza assimilada, ou que nos assimila, e assimilada a tal ponto que nem sequer a percebemos diferente de nós. Arendt nos desaloja de casa quando pensamos lá estar seguros, mas também nos apresenta os cômodos da casa que visitamos pela primeira vez, e então nos descobrimos já antigos moradores. Arendt está no centro do cânone da teoria política, pela excelência de sua estranheza.

O pequeno texto que apresento é apenas uma breve passagem das conclusões de um mais extenso trabalho, defendido como dissertação de mestrado na PUC-RJ, que tive a honra de apresentar no âmbito do Fórum de Alunos, em 25 de agosto de 1995. Nesta passagem, privilegiarei o sentido do *público* em Arendt, seguido da *preeminência do político* e da nova promessa de paz entre filosofia e política que o *juízo* encerra.

Arendt identifica duas principais conseqüências da crise da modernidade: a virtual perda da capacidade de pensar e a retração da esfera pública. E as duas conseqüências dizem respeito às duas principais dimensões da existência humana - o agir e o pensar.

* Doutorando em Ciência Política no IUPERJ.

Para esclarecer seu entendimento do que seja a esfera pública, Arendt explora analiticamente dois sentidos do termo “público”. Num primeiro sentido, público corresponde à qualidade do que pode ser visto ou ouvido pelos indivíduos em geral e reconhecido, *ipso facto*, como realidade. Já num segundo sentido, público corresponde à mundanidade, ao mundo em que existimos. Este mundo não corresponde, diz Arendt, à natureza, mas aos artefatos acrescentados pelo próprio homem à natureza.

A convivência humana neste mundo equivale a um compartilhar; e como todo objeto compartilhado, na medida em que se interpõe entre os compartilhantes, se presta a estabelecer uma relação e uma separação - une sem fazer coincidir.

Tomado simultaneamente nos dois sentidos acima referidos, o termo público é uma dimensão essencial da existência humana, e como tal possui preeminência em relação a todo o restante, como a dimensão econômica da obra e do labor. Se considerado em suas duas características essenciais, o que é público constitui uma esfera especial em nosso mundo: a esfera pública. Devido à sua radicação existencial, a esfera pública é o espaço propiciador, acolhedor e protetor da principal atividade da *vita contemplativa* e da principal atividade da *vita activa*: o pensar e o agir, respectivamente.

O pensar e o agir são definidos, por Arendt, como as principais capacidades humanas, em função de sua correspondência intrínseca com a natureza do mundo, a saber: sua natureza pública, de ser comum a todos. A correspondência intrínseca do pensar com a publicidade do mundo consiste na repercussão, em pensamento, da pluralidade humana através do “dois-em-um”, assim como a correspondência intrínseca do agir com a publicidade do mundo consiste no fato de que a ação, em sua fugacidade, não tem qualquer objetivo senão o de ser vista e julgada pelos outros homens.

Assim, as ameaças à esfera pública põem em risco o agir e o pensar. A crise da modernidade representa uma retração e virtual eliminação da esfera pública, e da capacidade de pensar, em função de vários fenômenos, tais como: o cognitivismo, que em política assume a identidade de ideologia; a violência, que em política pode ser real ou virtual, de que é exemplo o terror totalitário; a mentira que solapa nosso solo comum, que em política se identifica com a propaganda enganosa; e a massificação da espécie, que em política se identifica, graças às suas conseqüências econômicas, com o avanço da esfera privada sobre a pública, constituindo um âmbito social que nem nos separa nem nos une mais.

Portanto, se perdemos a integridade da esfera pública, e com ela a capacidade de pensar e agir, perdemos a nossa própria integridade de homens. E

perdemos, acima de tudo, o artifício que construímos contra o tempo, com sua promessa sempre cumprida do desaparecimento.

“[...] a existência de uma esfera pública [...] que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não deve ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais.

Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, [...] nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis [...] É isto o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e aqueles que virão depois de nós” (Arendt, 1958, p. 64-65).

Rawls caracteriza estas hierarquias e preferências de Arendt como representativas de um tipo de humanismo cívico, que ele descreve em seus termos gerais como se segue: “*It is sometimes stated as the view that man is a social, even a political, animal whose essential nature is most fully realized in a democratic society in which there is widespread and vigorous participation in political life*”. E acrescenta Rawls que “*participation is not encouraged as necessary for the protection of the basic liberties of democratic citizenship [...] Rather, taking part in democratic politics is seen as the privileged locus of the good life*” (Rawls, 1993, p. 206).

Não há dúvida de que Arendt defende um tipo de humanismo cívico como o descrito por Rawls. Mas Arendt vai adiante e se preocupa com um elenco de salvaguardas para a esfera pública e para o indivíduo. A participatividade e o virtuosismo do humanismo cívico como acima entendido devem ser complementados, para uma justa compreensão de Arendt, com uma concepção de República com suas salvaguardas. Onde a República é, ao mesmo tempo, a esfera pública e sua própria garantia. “Pois a *polis* era para os gregos, como a *res publica* para os romanos, em primeiro lugar a garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra essa futilidade e reservado à relativa permanência, senão à imortalidade, dos mortais” (Arendt, 1958, p. 66).

A idéia republicana pode ser definida fazendo-se referência às suas características mais gerais e fundamentais: 1º) a existência de um espaço público; 2º) a existência de leis que regulam a convivência humana e protegem este espaço público; 3º) a existência de um governo legítimo, que historicamente equivale à democracia; 4º) a existência de um elenco de direitos individuais imponíveis a todos, inclusive ao governo; e 5º) uma pretensão à universalização das demais características.¹

¹ Neste tema, consultar Ferry, L. e Renault, A., 1991, p. 125 e seguintes.

Como corolário da preeminência da esfera pública e da política, e como corolário da necessidade de proteção contra os perigos a que esta esfera está sujeita, Arendt defende princípios que se enquadram na grande vertente republicana e constitucionalista da política ocidental, inclusive com a sua concepção de direito.

“No governo constitucional, as leis positivas destinam-se a erigir fronteiras e a estabelecer canais de comunicação entre os homens, cuja comunidade é continuamente posta em perigo pelos novos homens que nela nascem [...] A estabilidade das leis corresponde ao constante movimento de todas as coisas humanas, um movimento que jamais pode cessar enquanto os homens nasçam e morram. As leis circunscrevem cada novo começo e, ao mesmo tempo, asseguram a sua liberdade de movimento, a potencialidade de algo inteiramente novo e imprevisível; os limites das leis positivas são para a existência política do homem o que a memória é para a sua existência histórica: garantem a preexistência de um mundo comum, a realidade de certa continuidade que transcende a duração individual de cada geração, absorve todas as novas origens e delas se alimenta” (Arendt, 1951, p. 517).

A preocupação republicana de Arendt, com sua utopia universalista de “uma nova lei na terra”, de um novo *consensus iuris* (“Tanto o julgamento moral como a punição legal pressupõem esse consentimento básico; o criminoso só pode ser julgado com justiça porque faz parte do *consensus iuris*, e mesmo a lei revelada de Deus só pode funcionar entre os homens quando eles a ouvem e aceitam”. Arendt, 1951, p. 514.) deve ser entendida como consequência de sua exigência por uma responsabilidade pelo mundo.

Arendt concilia, então, o primado da política com a idéia de República. Esta conciliação não é tão natural como pode parecer. Na verdade, de Maquiavel a Hegel, o primado da política esteve ligado à idéia de um juízo político autônomo² em relação ao juízo moral. Este juízo político autônomo resultou, em termos tradicionais, na doutrina da “razão de Estado”, que, entre outras características, acabava por negar a própria esfera pública com seu reiterado recurso ao segredo e à violência.³

A autonomia da esfera pública e a preeminência da política em Arendt lograram portanto - graças ao exercício de um juízo reflexionante autônomo, mas que leva os outros em consideração e toma o mundo sob sua responsabilidade - conciliar autonomia da esfera política com autonomia dos indivíduos na integridade de uma inspiração republicana.

² Cf. Bobbio, 1990, p. 85-86.

³ Cf. Lafer, 1992, pp. 225-237.

Os sentidos do *público* e a *preeminência do político* nos trazem à memória a reação de Platão ao julgamento de Sócrates, e a tensão entre filosofia e política que desde então marcou o pensamento ocidental. O *juízo* político acena com a possibilidade de uma relação não belicosa, mas bem ao contrário de complementaridade, entre filosofia e política. Assim acreditava Arendt.

Em carta datada de 29 de novembro de 1964, Arendt revelava a Jaspers suas perspectivas, ainda ligadas ao acompanhamento do julgamento de Eichmann: *“I’ve learned a lot, particularly in the area of method, in which you have always found me somewhat lacking. We’ll have to talk about that. In connection with the Critique of judgment. A possible conceptual structure for history and political science. And representative thinking in politics on the basis of judgment”* (Arendt e Jaspers, 1992, p. 576).

Nesta passagem, Arendt revela mais uma vez a recorrente preocupação com a relação sempre hostil entre filosofia e política. Em outra passagem (Arendt, 1978, p. 151), nossa autora estabelece claramente a região habitada pela filosofia, entendida como uma radicalização do pensar: a região dos universais, da generalidade dos conceitos e idéias. E seria, acrescenta ela, um grande erro tentar aplicar, como pretendia Platão, esses universais ao mundo político. No mundo da política, a ação se exerce sobre particulares. E, se a moral tem por objeto as ações e intenções humanas, os julgamentos morais devem lançar sua âncora nos singulares em detrimento dos universais. *“Juger, c’est découvrir un sens dans le monde, afin de s’y orienter par une action dont le milieu naturel est la contingence où elle doit toujours se frayer son propre chemin, imprévisiblement”* (Enegrén, 1984, p. 159).

A relação de exclusão entre filosofia e política parecia incontornável. Entretanto, Arendt estava, como dizia ela, na posse de um conceito - “a banalidade do mal”. E esse conceito indicava que a ausência de pensamento - o mesmo pensamento que, exponenciado, recebe o nome de filosofia - tinha conseqüências políticas extraordinárias. E se a ausência do pensamento trazia funestas conseqüências políticas, legítimo era imaginar que o pensamento afinal exercia alguma influência benéfica na política.

O passo seguinte seria estabelecer que relação benéfica poderia ter o pensamento com a política e, em último grau, realizar a paz entre filosofia e política. A resposta de Arendt foi o estatuto que deu ao juízo, que, sendo uma das autônomas manifestações da *vita contemplativa*, era entretanto dedicado ao mundo em que vivemos. Assim é que o juízo foi descrito como sendo “a manifestação do vento do pensamento [...]; é a habilidade de distinguir o certo do errado, o belo do feio. E nos raros momentos em que as cartas estão abertas sobre a mesa, isso

pode, de fato, impedir catástrofes, ao menos para mim mesmo” (Arendt, 1971, p. 167-168).⁴

Em um contexto de ruptura da tradição, o juízo acumula missões que correspondem às expectativas criadas por Arendt de permitir uma avaliação dos fenômenos sem qualquer subsunção a um critério superior-exterior, e de superar o abismo da liberdade. A perda da tradição como que dispara a humanidade e cada homem numa aceleração crescente e sem direção. Neste cenário, o mundo é cada vez menos uma morada acolhedora para o homem, e cada vez mais um alojamento provisório que não nos dispensa intimidade e a que não dispensamos qualquer sentimento de responsabilidade. Pois bem, neste cenário, o juízo adquire uma função ontológica, como observa precedentemente Lafer (1988, p. 305), qual seja, a de fazer nosso o mundo no momento em que nos pronunciamos sobre seus eventos e julgamos.

Julgado, o mundo recupera para nós um sentido; e esse sentido recuperado recupera como nosso o próprio mundo. Beiner (1991, p. 200) vê, não despropositadamente, uma semelhança entre Arendt e Nietzsche. O “eterno retorno” deste e o juízo daquela indicam uma relação entre o significado e tempo: somente num momento de revelação do sentido do somatório dos infindáveis instantes que compõem o tempo pode o homem sentir-se em casa no mundo.

Bibliografia

ARENDR, H. (1951), *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

_____. (1958), *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

_____. (Póstumo, 1978), *A vida do espírito: o pensar, o querer e o julgar*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/UFRJ, 1992.

_____. (1971), “Pensamento e considerações morais”. In: Hannah Arendt. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993, pp. 145-168.

____ e JASPERS, K. (Póstumo, 1992), *Correspondence 1926-1969*. New York-London-San Diego, H. B. Jovanovich, 1992.

⁴ Neste sentido, também *A vida do espírito*, (1978), p. 145.

- BEINER, R. "Hannah Arendt et la faculté de juger". In: Hannah Arendt. *Juger: sur la philosophie politique de Kant*. Paris, Éditions du Seuil, 1991.
- BOBBIO, N. *Estado, governo e sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- BLOOM, H. *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1995.
- ENEGRÉN, A. *La pensée politique de Hannah Arendt*. Paris, PUF, 1984.
- FERRY, L. e RENAUT, A. *Filosofía política III: de los derechos del hombre a la idea republicana*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1991.
- LAFER, C. "A mentira: um capítulo das relações entre ética e política". In VVAA. *Ética*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992, pp. 225-237.
- RAWLS, J. *Political Liberalism*. New York, Columbia University Press, 1993.

Identidade de gênero, identidade sexual e cultura: as transformações das diferenças sexuais e das relações de gênero num enfoque interdisciplinar

Marlise Míriam de Matos Almeida*

"O mais íntimo do ser humano nos leva ao mais essencial do social, os problemas mais fundamentais da sociedade se inscrevem no corpo e no psiquismo".¹

O presente ensaio é o resumo de meu projeto de tese de doutoramento em Sociologia e, neste sentido, certamente ainda não se constitui num trabalho acabado. Tentarei organizar as principais referências que definiram o projeto, dando destaque ao problema central que me propus investigar. Enquanto *working paper*, contudo, este ensaio tem muitas chances de deixar em aberto questões fundamentais, especialmente aquelas que se referem às considerações metodológicas da pesquisa. Apesar deste aspecto, nada irrelevante, sigamos em frente.

O eixo central da tese se encontra na grande tensão que é possível ser estabelecida entre os pólos da subjetividade e da cultura, enquanto eixos determinantes para a ação humana.² Pretendo postular o *conceito de gênero* numa dimensão que permita articular os dois termos do debate; trata-se de dar destaque ao potencial deste conceito de intermediar ou intercalar estudos sobre subjetividade e cultura. O conceito de gênero é, portanto, fundamental nesta proposta, pois assim como Aguiar (1994b), o entendo como o possibilitador da "comparabilidade entre distintos períodos históricos, e entre diferentes sociedades" (Aguiar, 1994b, p.2). Existem vários elementos e aspectos no conceito de gênero importantes para o estudo da subjetividade (que cuidarei de apontar

* Graduada em Psicologia pela UFMG, mestre em Teoria Psicanalítica pela UFRJ; doutoranda em Sociologia no IUPERJ e professora substituta do departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da UFF.

¹ Enriquez, Eugène, "Da Horda ao Estado: *Psicanálise do Vínculo Social*", Jorge Zahar Editor, 1983, p. 24.

² Entendo por "ação humana", toda e qualquer intervenção do ser humano no mundo como forma de manifestação da sua experiência deste mundo. Neste sentido, a palavra, tanto quanto qualquer outro ato, se constitui também numa "ação".

mais adiante). Mas, para além de uma simples inspeção ou atribuição de gênero (ser designado como um homem ou como uma mulher), podemos encontrar dois aspectos, em especial, que para este estudo seriam fundamentais: a(s) “cultura(s) de gênero” e a(s) “identidade(s) de gênero”.

O estudo destes dois tipos de fenômenos estaria condicionado pela orientação de meu próprio interesse de conhecimento, ou seja, o caráter dos fenômenos não seriam inerentes aos fenômenos em si, mas estariam definidos especialmente pelo significado cultural que lhes é atribuído. Neste sentido, enquanto uma proposta de trabalho sociológico, o que mereceria destaque neste tema seria o caráter já destacado por Weber de que vale entender e compreender “os acontecimentos da vida humana a partir de sua significação cultural” (Weber, 1975, p. 83).

A proposta da tese será, então, enfatizar um “predicado” - não necessariamente novo - que possa vir a especificar aquilo que constitui o nosso “conjunto de conteúdos” dentro das ciências sociais: o conceito de gênero, juntamente com o seu conteúdo necessariamente relacional. A proposta será a de uma interpretação “generificada” do social, se me permitem parafrasear Weber. Procuo aprimorar o conhecimento das articulações mais básicas relacionadas ao conceito de gênero através de uma reflexão profunda sobre as condições relacionais da vida quotidiana de homens e mulheres hoje. E isto vai ser permitido pela tentativa de explicitação, o mais precisa possível, de um aspecto e um conteúdo especial: o que aqui distinguiria como o processo dialético entre diferentes “identidades de gênero” e “culturas de gênero”. A compreensão e o esclarecimento das mais diversas “*realidades psíquicas de gênero*” (1) (aquilo que viria a distinguir uma sexualidade polimorfa e perversa - flexível e plural, nos moldes propostos por Freud e em sua forma adulta - organizada e direcionada, na forma como ela é vivida por homens e mulheres), abrangendo, inclusive, aquilo que elas possuem de específico e particular (para os diferentes gêneros) - o aspecto das identidades - e as suas conexões dialéticas (no sentido da reprodução/manutenção bem como da inovação/transformação) com a “*significação e ordenação cultural*” (2), em suas diferentes manifestações no universo e na inserção em culturas particulares, específicas com relação ao gênero; é este o principal objetivo desta proposta de investigação.

Com o intuito de implementar e viabilizar o universo da prática metodológica desta pesquisa, concluí que seria necessário introduzir entre estes dois pólos da discussão e da reflexão de gênero (subjetividades/identidades de gênero e culturas de gênero) uma terceira condição/instituição: *as opções de*

conjugalidade, tomadas em suas diferentes formas de manifestação e apresentação na atualidade (tradicionais e pós-tradicionais).³

Ao introduzir, para a análise das identidades e das culturas, um estudo partindo deste terceiro fenômeno - as opções de conjugalidade/parcerias - penso estar solucionando uma parte dos impasses metodológicos: colocar os termos do debate dentro de referências mais concretas, observáveis e comparáveis, onde se possam situar e estudar as diferentes e distintas manifestações culturais e de identidade de gênero, especialmente no seu momento dialético de elaboração e de dissolução. E penso também estar rompendo com determinadas barreiras no que se refere ao privado na esfera das relações de gênero, bem como buscando uma estratégia de acesso a estas realidades que me permita articular (e não apenas distinguir) de maneira expressiva as esferas pública e privada.

Algumas referências cruciais que recupero neste trabalho podem ser resgatadas especialmente do trabalho de Freud e da psicanálise. O diálogo com a psicanálise serve para reforçar a possibilidade de promover a aproximação de discursos profundamente distintos, num esforço de retirar deles contribuições positivas e interessantes para o avançar da pesquisa no campo das ciências sociais. A possível novidade desta proposta de pesquisa, no entanto, talvez provenha do fato de a nossa lente procurar focalizar um tema social, também e a partir das contribuições da teoria psicanalítica, especialmente as de Freud.

Nesse sentido, fará parte intrínseca deste trabalho a procura de investigar mais especificamente o nível da identidade, a partir da distinção/diferença sexual (de gênero), procurando evidenciar as suas transformações assim como a sua manutenção no plano social/cultural. Aqui refiro-me à interpolação das estruturas diferenciadas atuais de conjugalidade e aliança: alianças tradicionais (heterossexuais, “abertas” e “fechadas”) e alianças pós-tradicionais (relações “abertas” ou “fechadas”, tanto hetero como homossexuais).⁴

³ Prefiro optar pelas designações “tradicional” e “pós-tradicional”, com o único intuito de tentar evitar uma entrada no outro campo fértil - mas profundamente complexo - de investigação em que se constituem as abordagens atuais sobre a “pós-modernidade”. De Habermas a Giddens, a discussão é extensa e não pretenderia enveredar intencionalmente por este fio condutor no meu argumento. Por isso, entendo por “tradicionais” aqueles aspectos que demarcam uma abordagem mais patriarcal, nos termos descritos por Weber (1947), hegemônica, masculina e legitimada, distintamente marcada e diferenciada entre os sexos (masculino e feminino) nos mais variados aspectos que se refiram tanto ao gênero (identidade e cultura) quanto às opções conjugais. Com “pós-tradicional”, refiro-me às ultrapassagens destas dicotomias restritivas patriarcais, tanto sexuais quanto sociais, que dão ênfase e promoção a formas alternativas, homo ou heterossexuais de sociabilidade e identidade.

⁴ O que estamos, preliminarmente, definindo por casamento/aliança “aberto” ou “fechado” vai se relacionar ao caráter de fidelidade/fechado e infidelidade/aberto dos respectivos parceiros da relação. Trata-se de destacar o aspecto da exclusividade da parceria ou não no relacionamento em questão.

Vaitsman já se incumbiu de apontar e demonstrar que o “processo de aprofundamento e extensão do individualismo, através do qual as mulheres passam a ter aspirações e construir identidades não mais ligadas exclusivamente à esfera privada, estimula a instabilidade e a volatilidade nas relações íntimas, no casamento e na família” (Vaitsman, 1994, p. 51). A presente pesquisa (reconhecendo que os fenômenos tanto da homossexualidade vista pelo plano identitário quanto do homossexualismo enquanto prática social não são “novos”) teria como proposta procurar explicitar as condições de possibilidade para este tipo de transformação (onde o reconhecimento público é notório e a aceitação social parece começar a pesar como uma parte importante na balança, no equilíbrio da dinâmica), procurando descrever e apontar as características e os fatores pertinentes às identificações masculina e feminina de gênero, que estariam subjacentes a tais transformações, bem como analisar a possibilidade de formas inovadoras/criativas ou perpetuadoras/reprodutoras de manifestações diferenciadas nas várias culturas de gênero. Tratar-se-á, pois, da busca de uma aproximação sistemática do movimento dialético entre subjetividade e cultura a partir do conceito de gênero, tendo como recurso metodológico o estudo de diferentes formas atuais (urbanas e cariocas) de conjugalidade.

Se, como a autora coloca, a maior igualdade entre homens e mulheres (esfera cultural) “fez aflorar a contradição entre o individual e o coletivo” (também na esfera cultural) (Vaitsman, p. 81), quais seriam os aspectos da identidade masculina e feminina que participariam ou contribuiriam para esta nova organização? Quais características, no plano individual (esfera da subjetividade/identidade) de homens e mulheres, entrariam em conflito com este “coletivo”, e qual seria esta nova circunstância histórica no que se refere aos aspectos de gênero em nossa sociedade carioca urbana atual?

Este problema central pode gerar um sem número de outras questões. Não parece curioso que características como a “pluralidade”, a “heterogeneidade”, a “flexibilidade” venham sendo evidenciadas por muitas pesquisas no campo dos estudos de casamento e família da atualidade, quando, desde 1905 (no início do século), Freud já apontava para o fato de que a sexualidade (especialmente a pulsão) podia ser primordialmente definida nestes mesmos termos? Se vivemos hoje uma “fase de des-repressão” (“pós-tradicional”) sexual e social, em contrapartida a uma fase anterior de maior “repressão” (“tradicional”, no século passado/época vitoriana), quais características do universo das identidades de gênero são hoje colocadas em evidência ou em cheque, tanto para os homens quanto para as mulheres? Será que este “processo de constituição das mulheres como indivíduos”, marcado pelo desafio da dicotomia público e privado, produziu mesmo uma maior igualdade entre os sexos? Este processo, por acaso, aproximou mais os homens e as mulheres? Alguns estudos parecem evidenciar que não. No entanto, ainda persistem casamentos ou formas de união conjugal “bem sucedidas”; ou, pelo

menos, as pessoas ainda continuam a se “juntar” e a se casar (inclusive os homossexuais). Que características subjetivas e culturais poderiam determinar esse sucesso (ou mesmo ter influenciado seu fracasso)? Como hetero e homossexuais - homens e mulheres - estão experimentando estas novas transformações? Há, de fato, algo identificável como uma “crise na identidade masculina”? De que forma este “processo de constituição das mulheres como indivíduos” afeta o processo de constituição dos homens como indivíduos? O que ele tem a ver com a homo ou a heterossexualidade?

Através da busca de respostas para alguns destes questionamentos, penso ser possível empreender um aprofundamento nas construções da *sociologia das relações de gênero*. Desta maneira, as indagações que apresento vão estar ancoradas nos pressupostos que organizam uma teoria sociológica sobre as relações entre homens e mulheres, sobre considerações respaldadas a partir do ponto de vista relacional, que o conceito de gênero na sociologia pode oferecer.

Estudar as possibilidades (e as condições de possibilidade) de diferentes configurações nas identidades de gênero, articuladas a uma característica e momento específicos da vida humana que é a opção conjugal (ou outras formas de parceria e aliança), tendo como ponto de partida a sua significação e inserção cultural de gênero, será o objetivo. A organização/cristalização social destas significações diferenciadas e plurais de gênero podem constituir prismas diferentes de culturas de gênero também diferenciadas (que, para fechar o ciclo, teriam íntima relação com o universo de constituição das identidades). É, pois, perfeitamente possível pensar numa análise dos fenômenos sociais e dos eventos culturais sob a perspectiva especial do seu estabelecimento e alcance de gênero, uma perspectiva generificada ou mesmo uma interpretação generificada de um fenômeno social específico que são as formas de estabelecimento das atuais opções conjugais. Penso poder contribuir para uma melhor compreensão da realidade cultural e subjetiva de gênero, em sua dupla inserção: no momento de estagnação, permanência e reprodução; e no momento de inovação, criação, transformação (Archer, 1988).

Outro ponto que mereceria destaque refere-se ao fato de existir uma descontinuidade no pensamento sociológico no que se refere à complicada relação do plano social com o individual. É dentro deste campo de investigação que a presente proposta de pesquisa poderá fazer algum sentido. Em termos bem simplistas, é possível dizer que a discussão, já tão extensa no debate das ciências sociais, sobre o extremos micro e o macro, apontam para as seguintes opções:

1) alguns teóricos perceberiam o social, o nível macro, como formado a partir das interações no nível micro (inclusive as conquistas psicológicas, mas não

apenas elas), sejam elas individuais ou de pequenos grupos (os proponentes do “individualismo metodológico”, do Behaviorismo Social, do Marxismo Analítico, da Escolha Racional, da Etnometodologia, do Interacionismo Simbólico, para citar apenas algumas correntes sociológicas mais contemporâneas encabeçados, na sociologia clássica, por Max Weber);

2) outros, ao contrário, já perceberiam os domínios da esfera micro como determinados pelo processo social mais amplo, por aquilo que muitos denominam de estrutura, campo ou sistema do social (os proponentes do “holismo metodológico”, tais como o marxismo-estruturalista francês, antecidos pela contribuição clássica de Durkheim);

3) existem ainda autores que buscam, através da elaboração de novos conceitos e estruturas teórico-metodológicas alternativas, superar esta dicotomia; seriam aqueles que operariam esta questão através de alguma estratégia de combinação ou mistura (*conflation*) dos dois domínios (entre estes citaríamos Giddens, Bourdieu e Bauman).

Gostaria de acrescentar a esta classificação uma quarta opção; trata-se da forma como uma determinada vertente do pensamento psicanalítico, seja ela inspirada em Freud ou em muitos de seus sucessores (lacanianos e pós-lacanianos), se ocupa com este tipo de articulação. A Teoria Crítica da Sociedade ou Escola de Frankfurt (Marcuse, Adorno, Habermas - especialmente - etc.) se incumbiu de ressaltar e difundir uma outra forma aproximação entre o micro e o macro no campo das ciências sociais:

4) trata-se de pensar na *organização da sexualidade* como o pólo da emergência para a subjetividade, através do processo de desenvolvimento da libido, sempre em relação com a figura de um outro, com a figura de uma outra subjetividade, por sua vez já construída (também) a partir dos referenciais socio-culturais da sua época e também da época de seus pais.

Com a postulação do conceito de *recalque* (e a conseqüente elaboração de uma teoria sobre o inconsciente), a psicanálise articula subjetividade e cultura (micro e macro) como parceiros constituintes na dinâmica de construção do mundo e das relações entre as pessoas.

Pretendo destacar a possibilidade inovadora desta outra proposta que, no meu entender, possui franca ressonância e influência no campo dos estudos de gênero. Talvez a importância da presente pesquisa resida precisamente neste ponto, qual seja, na possibilidade de retomar determinados aspectos da teoria psicanalítica, paradigmas e conceitos mais fundamentais para, por sua vez, repensar a articulação entre as identidades e as culturas de gênero.

Se existe, de fato, uma “cultura feminina”, baseada em características como a intimidade, a atenção ao outro, a antecipação de reações afetivas, a ética do cuidado, a intuição etc., de que forma estas características contribuiriam para o sucesso, ou fracasso, do relacionamento afetivo e do casamento/parceria? Quais aspectos da cultura feminina “tradicional”, questionados ou não pela cultura “pós-tradicional”, estariam em jogo na opção por uma determinada forma de casamento - tradicional ou pós-tradicional? Que aspectos da subjetividade são ativados ou colocados em evidência quando pensamos nas diferentes opções conjugais existentes?

Se pensarmos no caso do homem, a existência de uma "cultura masculina" - baseada, por exemplo, na ênfase à racionalidade, objetividade e exterioridade - transforma ou mantém estas formas tradicionais e pós-tradicionais de conjugalidade? A subjetividade dos homens é também reformulada ou questionada nas “novas” (pós-tradicionais) formas e/ou opções conjugais? Quais seriam os tipos de arranjos sociais de gênero que poderíamos distinguir nas formas tradicionais e nas pós-tradicionais de parceria? De que forma as identidades de gênero - mulheres, homens, e outras - participam, interferem nas opções de conjugalidade?

Por *cultura de gênero* entenderia, então, os vários recortes simbólico-expressivos que organizariam esferas de sociabilidade e de socialização distintas entre mulheres, homens e outras organizações identitárias possíveis, como as homossexuais.

As elaborações mais fundamentais da psicanálise a respeito da organização do psiquismo humano a partir da sexualidade, seriam, também, uma ordem de *a priori* teórico que orientaria a presente proposta de pesquisa. E, de fato, é possível encontrar também em Freud referências teóricas consistentes a respeito do espaço social/cultural; mas interessaria pensar a vertente teórica da psicanálise como uma fonte de interpretação e entendimento daquilo que designo aqui por “identidade de gênero”. Certamente não afirmaria que este é um conceito da psicanálise. O próprio conceito de “identidade” nunca foi explícita ou diretamente abordado por Freud; mas existem vários momentos em suas elaborações (desde 1905, quando ele apresentava a obra inaugural - a *Interpretação dos Sonhos* - até o final de sua obra) em que ele se ocupa do processo da “identificação”.⁵ Esta última, segundo Laplanche e Pontalis, deve ser entendida no sentido transitivo mesmo do verbo “identificar-se” e implicaria no

⁵ No *Vocabulário da Psicanálise*, Laplanche e Pontalis definem este conceito como "processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações" (p. 295).

reconhecimento de característica(s) referida(s) ao idêntico ou ao semelhante: “trata-se de um processo ativo de substituir uma identidade parcial ou uma semelhança latente por uma identidade total” (1985, p. 295).

Portanto, a identificação não é apenas *mais um* dos muitos mecanismos psicológicos; ela remonta à operação fundamental pela qual o indivíduo humano se constitui. A "identidade", no contexto em que a emprego, vai referir-se ao resultado deste processo de identificação; e a "identidade de gênero", por sua vez, seria o resultado daquilo que constitui o humano como um ser marcado pela diferença sexual, seja ela heterossexual - mulher ou homem - ou homossexual. Tratar-se-á, então, da dimensão sexuada de homens e mulheres na construção de suas subjetividades, que tem como ponto de partida o processo da identificação como estabelecido pela psicanálise. Explorado o texto freudiano, foi possível resgatar nele certas características⁶ que podem vir a circunscrever estas dimensões do humano. Cabe, no decorrer da pesquisa, procurar articulá-las com o tema das culturas de gênero, e encontrar uma estratégia de acesso e comparabilidade delas com o universo pesquisado das distintas opções de conjugalidade.

Se a vida social moderna está se tornando crescentemente diferenciada (“flexível e plural”), com os atores forjando novos e originais espaços culturais e de sociabilidade (como parece ocorrer nas novas formas de aliança pós-tradicionais, que refletiriam diferentes culturas de gênero), como estas estariam articuladas à subjetividade, às diferentes identidades de gênero?

As novas experiências de conjugalidade - homo e heterossexuais - que já ultrapassaram fortes barreiras sociais, contém a ameaça de desordem e dispersão, mas (e também), ao mesmo tempo, ativamente, reapropriam e reordenam os poderes criativos e de reflexão/constituição identitária dos seres humanos. A crescente complexidade nas esferas da diferença sexual e de gênero, que procuro destacar através das opções de conjugalidade consideradas como pós-tradicionais, aponta não apenas para a crise das instituições (como o casamento e a família) mas, sobretudo, para formas alternativas, e em vias de se legitimarem, de subjetivação, de autonomia e de sociabilidade de gênero.

Este processo de transformações “imaginárias” (dentro do escopo e da referência psicanalítica) e culturais (a partir das construções propriamente sociológicas) pode vir a estabelecer possibilidades simbólicas novas, assim como

⁶ Explorei bastante este ponto, retomando algumas considerações já apresentadas na dissertação de mestrado, onde recuperei determinadas características que definiriam a sexualidade/identidade feminina. Ainda é preciso sofisticar o esforço de investigação no sentido de compor melhor o quadro das características masculinas, e se possível da homossexualidade.

diferentes (muito mais do que novas) subjetividades, respaldadas por moldes de outras e criativas identidades de gênero.

Recorri inicialmente às considerações de Freud para compor o quadro das características mais fundamentais da identidade masculina e feminina de gênero; discuti extensamente, também, a importância e a entrada do conceito de identificação para a teoria psicanalítica. Resta, a partir de um “estudo exploratório”, elaborado por entrevistas em profundidade com psicanalistas, procurar apreender a forma como tais características podem (ou não) ser evidenciadas ou mesmo acessadas, para que possa dar continuidade ao trabalho metodológico central através das entrevistas com as “parcerias” conjugais (e, depois, com cada um dos parceiros isoladamente) das duas grandes categorias que inicial e preliminarmente destaquei (tradicionais e pós-tradicionais). Desde já reforço que esta categorização é primária e muito pouco refinada; no contato com o universo em questão será certamente possível sofisticá-la.

No plano das considerações sobre a sociologia das relações de gênero, avancei consideravelmente na explicitação conceitual, fazendo um breve histórico da emergência do conceito para as ciências sociais e destacando vária(o)s autora(e)s às quais recorro para trabalhar neste plano. Recupero ainda, e especialmente, da teoria sociológica sobre a cultura, na teoria clássica, as considerações de Simmel (1950) - suas formulações sobre “cultura objetiva” e “cultura subjetiva”, e especialmente sobre uma “cultura feminina” - e, na teoria contemporânea, a inovadora estratégia metodológica de Archer (1988), que confecciona um arcabouço bastante explícito sobre a dialética entre os níveis da “agência” e da “cultura”, combatendo o “mito da Integração Cultural” através das perspectivas morfogenética e morfoestática (condicionamento cultural - interação cultural - elaboração cultural). Vários outros autores importantes, dos quais não poderemos tratar aqui, são também incorporados nesta empreitada (Bourdieu, 1989; Giddens, 1992; Scott, 1989 etc.). A proposta de trabalho, no entanto, ainda encontra-se em aberto. Os avanços freqüentes no campo da sociologia das relações de gênero são um desafio, e a atualidade do debate no plano da identidade (individual ou social, coletiva ou cultural) também estimulam sobremaneira o esforço de pesquisa. Este ensaio apresenta telegraficamente um empreendimento ousado e ainda não concluído. Apesar do imenso e complicado esforço de trabalhar na fronteira entre dois saberes tão complexos e distintos quanto a psicanálise e a sociologia, espero poder contribuir consistentemente no diálogo com ambas, propiciando avanços e enriquecimentos concretos para os dois campos.

Bibliografia

AGUIAR, N. *"Rio de Janeiro plural: um guia para políticas sociais por gênero e raça"*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/IUPERJ, 1994.

_____. "Perspectivas Feministas e o Conceito de Patriarcado na Sociologia Clássica e no Pensamento Sócio-Político Brasileiro", trabalho inédito, 1994.

ALMEIDA, M.M.M. "A Psicanálise e a Mulher: Feminino Plural". Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1993.

ARCHER, M.S. *Culture and agency: the place of culture in social theory*, Cambridge University Press, Londres, 1988.

BENHABIB, S. e CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*, Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1987.

BERTIN, C. *A mulher em Viena nos tempos de Freud*", Papirus, Campinas, 1989.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BRENAN, T. *The interpretation of the flesh*". University of California Press, 1992.

BRUN, D. *Figurações do feminino*. São Paulo, Escuta, 1989.

CHASSEGUET-SMIRGEL, J. *A sexualidade feminina: uma abordagem psicanalítica contemporânea*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1964.

_____. *As duas árvores do jardim: ensaios psicanalíticos sobre o papel do pai e da mãe no psiquismo*". Porto Alegre, Artes Médicas, 1986.

CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1990.

CRAIB, I. *Psychoanalysis and social theory: the limits of sociology*". University of Massachusetts Press, Amherst, 1990.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1984.

- ENRIQUEZ, E. *Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- FIGUEIRA, S.A. *Nos bastidores da psicanálise*. Rio de Janeiro, Imago, 1991.
- _____. (org.) *Psicanálise e ciências sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.
- FLAX, J. *Thinking fragments*. University of California Press, 1990.
- FREUD, S. *Obras Completas*
- FRISBY, D. "Introduction to the Simmel texts". In: *Theory, Culture & Society*, Vol. 11, Londres, 1994
- _____. *The ambiguity of modernity: Georg Simmel and Max Weber*.
- GALLOP, J. *Feminism and Psychoanalysis: the daughter's seduction*. Heath and McCabe, Londres, 1982.
- GAY, P. *Freud: uma vida para o nosso tempo*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, São Paulo, Unesp, 1992.
- GOMÁRIZ, E. "Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas". In: *Revista Fin de Siglo: genero y cambio civilizatorio*, no. 17, Buenos Aires, Isis Internacional, 1991.
- IRIGARAY, L. *Sexes et parentés*. Paris, Éditions de Minuit, 1987.
- _____. *Ce sexe qu'en est pas un*. Paris, Éditions de Minuit, 1977.
- _____. *Étique de la différence sexuelle*. Paris, Éditions de Minuit, 1984.
- _____. *Parler n'est jamais neutre*. Paris, Éditions de Minuit, 1985.
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.- B. *Vocabulário da Psicanálise*, Martins Fontes, São Paulo, 1985.
- LEVINE, D.N. (ed). *Georg Simmel: on individuality and social forms*, Nova Iorque, The Free Press, 1950.
- LO BIANCO, A.C. e ALMEIDA, M.M.M. "Articulações psicanálise e feminismo: dificuldades e perspectivas", artigo inédito, 1994.

- MANN, P.H. *Métodos de investigação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1966.
- MEZAN, R. *Freud: pensador da cultura*", São Paulo, Brasiliense, 1985.
- MITCHELL, J. *Psychoanalysis and feminism*. Londres, Penguin Books, 1974.
- _____. *Psicanálise da sexualidade feminina*. Rio de Janeiro, Campus, 1966.
- MONTRELAY, M. *L'ombre et le nom*. Paris, Éditions de Minuit, 1977.
- NEDELMAN, B. "Individualization, exaggeration and paralysation: Simmel's three problems of culture". In: *Theory, Culture & Society*, Vol. 8, no. 3, Londres, agosto de 1991.
- OAKES, G. *George Simmel: on women, sexuality and love*, Nova Iorque & Londres, Yale University Press, 1984.
- ROBERTSON, R. "The sociological significance of culture: some general considerations". In: *Theory, Culture & Society*, Vol. 5, no. 1, Londres, fevereiro de 1988.
- RODRIGUEZ, S.A. e BERLINK, M.T. (orgs.) *Psicanálise de sintomas sociais*. São Paulo, Escuta, 1988.
- ROUANET, S.P. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. Entrevista concedida ao jornal *O Globo*, seção "Livros", a 15 de agosto de 1993.
- SCAFF, L.A. "Weber, Simmel, and the sociology of culture". In: *The Sociological Review*, Vol. 36, no. 1, University of Keele, Routledge, fevereiro de 1988.
- SCHORSKE, C.E. *Viena: fin-de-siècle*, São Paulo, Unicamp/Cia. das Letras, 1990.
- SCOTT, J. *Gender: an useful category of historical analysis. Gender and the politics of history*. Nova Iorque, Columbia University Press, 1989.
- SIMMEL, G. *El individuo y la libertad: ensayos de la crítica de la cultura*, Barcelona, Península, 1986.
- _____. "Money in modern culture". In: *Theory, Culture & Society*, Vol. 3, no. 3, Londres, agosto de 1991.

- VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*", Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- VAN VUCHT TIJSSEN, L. "Women and objective culture: Georg Simmel and Marianne Weber". In *Theory, Culture & Society*, Vol. 8, no. 3, Londres, agosto de 1991.
- WALBY, Sylvia. "Theorising Patriarchy". In: *Sociology: The Journal of the British Sociological Association*, Vol. 23, no. 2, Londres, maio de 1989.
- WEBER, M. *Max Weber: a biography*, New Brunswick (USA) and Oxford (UK), Transaction Books, 1975.
- WOLFF, K.H. *The sociology of Georg Simmel*, Londres, The Free Press/Collier McMillan Publishers, 1988.
- WUTHNOW, R. et alii. *Análisis cultural: la obra de Peter Berger, Mary Douglas, Michel Foucault y Jürgen Habermas*, Paidós, Buenos Aires, 1988.
- ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

Economic policy-making in developing countries: a theoretical model and case study of Brazil, 1945-64*

Mona Marie Lyne**

State-led industrialization has received an enormous amount of attention in the academic literature. Both Brazilian scholars (Abranches, Cardoso, Lessa, Lima e Lima Jr.) and those employing a statist approach (Haggard, Kaufman) have focused on how Latin American policy makers were hindered by the absence of certain tools and capabilities in their attempt to promote national entrepreneurial capacity. These studies have uncovered a number of pervasive patterns that can be clearly linked to the weakness of the state-directed industrialization program, including the lack of long range global planning and the absence of a coherent and cohesive bureaucracy. These scholars have done an excellent job of demonstrating how these deficiencies debilitated state planning efforts and have provided very incisive analyses of the patterns of policy-making that emerged in the given context. While providing excellent insight into the consequences of these deficiencies, in my view this approach has directed attention away from an explanation of *why* these patterns emerged, and thus has also done little to increase our understanding of how such patterns might change.

Rather than taking them as given structural constraints that inevitably fetter policy makers, I argue that they are a direct result of certain features of political competition. This paper will present a model of political competition and then suggest how the model can both explain the patterns that existed and how and why such patterns might change.

The theoretical model: the dilemma of voter choice

Mancur Olson (1965) has demonstrated that, when the provision of a public good requires more than a minimal cost, rational individuals will not expend any effort in its procurement. This is because first, their share of the benefit will be very small and thus will most likely be outweighed by the costs; and second, due to the non-excludability of public goods, individuals will receive this benefit whether they

* Em caráter excepcional, o Fórum dos Alunos do Iuperj, decidiu publicar este texto em sua língua original.

** Doutoranda em Ciência Política na Universidade da Califórnia em San Diego. Atualmente realiza pesquisa de tese no Brasil, com bolsa da Comissão Fulbright.

contribute to its procurement or not. On the other hand, "voluntary contributions toward the provision of collective goods [...] will often occur when the costs of the individual contributions are negligible [...] We should accordingly find that more than a few people are willing to take the moment of time needed to sign petitions for causes they support, or to express their opinions in the course of discussion, *or to vote for the candidate or party they prefer*" (Olson, 1982, p. 29, my emphasis). This latter statement assumes that each of these acts has a negligible cost; in particular, it is assumed that the cost of voting for a candidate or party offering a program of collective benefits will be minimal. I argue that the costs of such a vote are assumed to be minimal due to an insufficient consideration of voting options. As I will demonstrate, under certain conditions, such a vote can be a very costly act indeed.

In order to see this, it is important to first review the key similarities between collective benefits policies and public goods. Collective benefits policies are those that create broad diffuse benefits across society from which no individual can be excluded. Examples include bureaucratic reform to eliminate corruption and waste, programs of economic stabilization to reduce inflation, and structural reforms to introduce more efficiency through measures such as trade liberalization and privatization of government enterprise. The fact that the votes of millions of citizens are necessary in order to procure such a program introduces the familiar problem of monitoring: because the individual voter knows that all can free ride on the collective benefits policy should they be supplied, she is confronted with an n -person prisoner's dilemma. No matter what everyone else does, as long as other options have some non-negligible value, she is better off choosing this option than voting for collective benefits policy. This is because if collective policy should be implemented, she can enjoy its benefits despite not having contributed to procuring it. And if other contributors defect, and collective benefits policy never materializes, then she has not wasted her vote.

The issue in question thus is what *kind* of vote the elector will cast. Analysts such as Olson have assumed that the choice is exclusively between several different collective benefits programs, and this is why they consider a vote for this type of policy to be costless: when a voter must choose between several collective benefits packages, she does not forgo other benefits in opting for the one she prefers. But in the not uncommon situation in which the voter is offered a choice between particularistic benefits and collective benefits, opting for collective benefits policy can present her with a significant and immediate cost.

If the forgoing argument regarding the key similarities between public goods and collective benefits policy is accepted, *then all the consequences for individual action and the procurement of public goods apply to the voting choice in this situation*. As with any attempt to provide public goods, in this case rational voters will free ride on a politician's attempt to provide collective benefits policy. The obvious result is that, under conditions in which the majority of voters believe they have a reasonable

chance to receive particularistic benefits of less than negligible value, politicians attempting to campaign on a collective benefits platform will have difficulty garnering supporters. In other words, as long as this dilemma remains, competitive strategies emphasizing collective benefits programs will fail. Under these conditions, *the voters' rational choice creates a logic of political competition that drives politicians to a strategy dominated by the provision of particularistic benefits.*

This, then, is the collective dilemma of voter choice. We know, however, that collective benefits are supplied in some polities. This leads us to ask how the collective dilemma of voter choice can be overcome. I have argued that voters will always prefer particularistic benefits due to the free rider problem in procuring collective benefits. This argument holds as long as the value of the particularistic benefits are considered to be more than negligible. Once particularistic benefits are no longer satisfactory due to rising standards of living, for example, or disappear altogether, due to decreases in supply for distribution, it is no longer costly for the voter to choose collective benefits. Voters are no longer forgoing something of significant value to take a chance on collective benefits, but instead reach a point where the available spoils cease to be of any worth to them. Under such conditions voters can begin to ignore free riders and opt to procure collective benefits, because under these conditions they have the choice of voting to reinforce a system distributing particularistic benefits to others, or to vote for collective policy, in which they will have at least a minimal benefit. It is thus a resource constraint which limits what politicians can offer in return for votes that ultimately leads voters to modify their voting choices. Once the supply of resources for the distribution of particularistic benefits can no longer meet voter demands in terms of what they will accept in return for their vote, the cost of voting for collective benefits policy is reduced. The collective dilemma of voter choice is thus overcome through mechanisms which decrease the value of particularistic benefits.

In order to further elucidate these mechanisms, it is useful to make this simple model of demand and supply more explicit. Factors which increase the costs of trading votes for particularistic benefits will reduce the value of the overall stock of resources for distribution. These can include rising standards of living which lead voters to demand more costly goods in return for their vote or, for example, abrupt and large increases in the number of electors per candidate (for example through redistricting or enfranchisement), which require politicians to spread the same resources over a much larger group. Factors which diminish supply also decrease the available pool of resources for the distribution of particularistic benefits. This can occur through a disruption of markets for a crucial commodity or through the reduction of external resources such as foreign aid or loans. Each of these factors alone or in combination can lead to a situation in which demand begins to outrun supply, and politicians can no longer meet voter requirements for patronage, and thus particularistic benefits begin to appear meager to the recipient or disappear altogether. In this case the vote

for a candidate emphasizing collective benefits policy will have the negligible cost Olson assumes, and under these conditions the dilemma can be overcome and an important obstacle to collective benefits policy is removed.

To summarize, by noting the similarity between some aspects of collective benefits policy and Olson's theory of public goods, we have created a model of voter behavior. As with public goods, due to the non-excludability of collective benefits policy, and the marginal benefit each individual will receive, rational voters will not act to procure collective benefits policies (by voting for candidates presenting such an option) unless the costs are minimal. It follows, then, that the dilemma can be overcome only through mechanisms that diminish the costs of a vote for collective benefits policy. When collective benefits must compete with particularistic benefits, the former become a less costly option only as the latter lose value. The value of particularistic benefits will decrease as demand for them increases, or supply for providing them decreases, or both.

Economic policy making in Brazil, 1945-1964

Two important features of the Brazilian economic policy-making process will be discussed here: the absence of global planning, and the autonomy and penetration of the bureaucracy. It will be demonstrated that such patterns are not a result of politicians' inattention or inability, nor are they symptomatic of a state careening out of control, as often represented in the literature. Instead, it will be shown that such patterns follow directly from some simple propositions that can be deduced from the model presented above. Thus, if we have a clear understanding of what the context of political competition requires, these patterns can be seen as an efficient and rational response to such a context.

Most models of executive behavior¹ presume that the most effective strategy for garnering a nationwide plurality of votes is to construct a coalition through the formulation and implementation of a program of broad collective policy goals (Downs, Morris and Noll, and Jacobson all deal explicitly with this question. Most other studies of politics implicitly assume this motivation for the executive). The voting model presented here allows us to derive a very different scenario for executive behavior: as long as resources for distribution have not been exhausted, we expect the executive to construct and maintain a coalition based on the distribution of particularistic benefits. This has implications for the features of policy-making discussed above. First, goal formulation will have no over-arching policy ends to serve as a guide. Since the coalition is not constructed through a broad platform of strategic policy aims, but instead through the weaving together of a patchwork of particularistic measures, goal

¹ I am dealing here with the popularly elected national executive.

formulation will be pragmatic and instrumental, it will be oriented to resolve the immediate difficulty without regard for its impact on other government measures. Second, bureaucratic structure will be designed to privilege narrow groups that make up the patchwork coalition; its structure will reflect a notable absence of concern for general interests.

Beginning with the question of goal formulation, Lessa has described economic policy-making in Brazil from 1945-64 as "following the path of least resistance". The failure to plan globally and create instruments appropriate to the realization of those plans has been carefully documented. With regard to trade policy, Wirth notes that "Vargas and his advisers never really faced a crucial question: what kind of trade would best serve the needs of an industrializing Brazil? However skillfully they maneuvered among their major trading partners, the Brazilians failed to elaborate a long range strategy" (Wirth, 1970, p. 17).

This failure to define strategic goals in turn made it impossible to determine policy priorities. Without any global vision for the industrialization project, it becomes difficult to define basic concepts that would guide the application of incentives. Pinto notes that even the fundamental notion of what constitutes a basic industry was never determined. In practice, the selection of industries to receive priority was based on perceived strangulation points in the national economy and remained totally arbitrary.

The development of policy tools reflected this absence of over-arching goals. In describing the development of these tools over the period under study here, Lessa argues that "[...] instruments were created to deal with practical problems as they arose, and these were merely aggregated, and never redesigned to form a coherent whole". Rather than being integrated into the bureaucratic apparatus, new instruments were marginally incorporated on top of the existing structure (Lessa, 1975, p. 53). The ability to coordinate the separate tools was thus severely curtailed; their combined effect was reduced to no more than the sum of the parts. Each was compartmentalized and manipulated within its specific area of action, often in conflict with those in other areas.

These pervasive and marked policy-making patterns have never been satisfactorily explained. Because these patterns directly contradict what we would expect from an executive pursuing a broad programmatic policy agenda, scholars have had difficulty explaining them, and have relied on several implausible arguments. The first is based on cultural factors and argues that politicians in developing countries are naturally less ambitious and less aggressive than in more developed countries. Cultural conditioning leads them to approach problems in a distinct manner, following the "path of least resistance" rather than taking an abstract and global view.

The second argument is a component of the statist emphasis on capacity, and suggests that policy makers in developing countries lack the skills to undertake adequate planning. The concept of capacity encompasses a whole range of issues related to equipping politicians with the tools for effective policy-making, one of the most crucial being the technical ability of bureaucrats. These explanations are implausible for a variety of reasons. First, a mere glance at the policy-making record in many developing countries provides numerous examples of great creativity and inventiveness, which cast doubt on their purported lack of technical preparedness or dearth of ambition (Hirschman, 1973). The technical failure argument is further damaged by the fact that an examination of the record of policy debates almost always demonstrates full awareness and competent analyses of the various options. Pinto notes that technocrats in the Council on Imports and Exports (CEXIM, 1941-53) and the Foreign Commerce Desk (CACEX, 1953-1990) were often overruled. Finally, the degree to which planning deviated from the ideal of strategic and integrated action would imply a technical inability of extraordinary proportions. The record demands a more plausible explanation.

When such a consistent and pervasive pattern of executive behavior is observed, it seems reasonable to presume that such behavior is most likely serving some end. An exceptionally perceptive description of how the lack of strategic goals conditions the Brazilian policy-making process can help us understand the advantage of eschewing such goals. "Given the inexistence of well-defined political parameters [strategic goals], through which conversations can begin, the same state of affairs is repeated in which everything is negotiable and all questions are open. In practice this means that everything must be resolved on a case by case basis, with a particular solution, and that any political solution will necessarily be the product of negotiations that always begin at ground zero" (D'Araújo, 1981, p. 204).

In the case of an executive pursuing a broad program of collective policy goals, such a process of policy-making would be extraordinarily ineffective. For a politician attempting to hold together an eclectic set of interests through a network of particularistic benefits, however, such a policy formulation process, far from being a hindrance, is in fact ideal. In order to see this, recall from the model presented above that in this case over-arching policy goals are not effective in building a coalition and garnering votes. Instead, the executive must develop policy that pleases a conglomeration of eclectic interests that make up the patchwork coalition. A context in which "everything is negotiable and all questions are open" facilitates the fluid give and take that serves to conciliate the disparate interests and produce a bargain that will be satisfactory for all. A policy process such as the one described by D'Araújo avoids the rigidity that global priorities would introduce. Circumscribing the negotiations with such strategic goals, rather than beginning at ground zero, would unnecessarily eliminate options that may prove fruitful.

Thus, it is not that over-arching priorities provide no advantage under these conditions; it is that they would be distinctly disadvantageous given the nature of the particularistic bargain. If the introduction of strategic goals had a positive or even a neutral effect on the ability to strike a bargain that would satisfy the constituents, perhaps we would see them crop up more often; the fact that they are studiously avoided lends credence to the idea that they are disadvantageous in this competitive situation.

What has been depicted as following the “path of least resistance”, then, can be seen as no more and no less than a rational response to the terms of political competition. In fact, it would be difficult to argue that politicians in democratic polities do anything *but* follow the path of least resistance. The difference in whether politicians formulate broad integrated policy goals or develop policy as a response to immediate circumstances is related to what strategies enjoy a competitive advantage at the polls, not to a greater or lesser propensity to confront difficult policy challenges.

The second aspect of the economic policy-making process to be examined here is the structure of the bureaucracy. Specifically, I will examine two pervasive features: bureaucratic autonomy and penetration. The free reign which bureaucratic agencies enjoyed in their interaction with their clients has been documented throughout the period. The foreign trade bureaus (CEXIM and CACEX) enjoyed wide discretion in the application of the incentives under their control, including the concession of import licenses and import tax exemptions (Lima and Lima, Pinto; Huddle). When Kubitschek created the Plano de Metas, Executive Groups for each sector to be promoted under the plan were formed. Each of the Groups had a member of all the relevant agencies on its voting board, including CACEX (import licenses), SUMOC (foreign exchange), CPA (tariff exemptions), the related Ministries, the National Development Bank, the Bank of Brazil, and representatives of interest group organizations. The Executive Groups (hereafter, EGs) “acquired a substantial autonomy to direct the expansion of the industrial sectors within their jurisdiction” (Abranches, p. 174). The EGs were exclusively responsible for the concession and manipulation of the incentives (import licenses, foreign exchange, subsidized credit and underwriting of foreign loans) necessary for the implementation of the Plano de Metas. In addition, they were autonomous with regard to their budget and personnel policies (Abranches ; Benevides).

This autonomy has most frequently been attributed to what has been known as bureaucratic “capture”. Bureaucrats often develop close working relationships with the interest groups that are the target of their policies and can come to have a bias toward their views. In addition, these groups can have information advantages that give them leverage when dealing with the bureaucracy. Finally, old-fashioned kickback schemes can lead bureaucrats to deviate from their original mission.

None of these explanations are plausible in the case under study here. First, the foreign trade bureaus and the Executive Groups were among the most professionalized in the entire state bureaucracy (Geddes, 1994). Second, what stands out is the notable lack of activity aimed at more effective oversight. These bureaus were autonomous by design. More importantly, the interest groups to be served *were voting members of decision making councils*. This is very difficult to reconcile with an executive concern for capture. Beginning with the Foreign Trade Council (CFCE) created by Vargas in 1934, and continuing through CEXIM (1941-53) and CACEX (1953-90), business groups - and later labor and commercial interests - were official members of voting boards. The practice was continued with the creation of the Executive Groups in 1956. "The Executive Groups were not only administrative mechanisms, but also (and probably mainly) political arenas [...] because they actually worked as substitutes for other mechanisms of interest organization, providing direct, "official" access for private interests into the state apparatus [...] This was perhaps the single most important feature of the EGs: to work as a channel for more efficient insertion of entrepreneurial interests into 'state politics'" (Abranches, p. 177). As Abranches further points out, this organization of the EGs "generate[s] restrictions over the influence of other sectors of civil society in policy-making" (p. 178).

It is highly unlikely that a political leadership concerned about capture would so thoroughly institute such a design. Once again, if we consider alternatives for executive goals, this "autonomy" and penetration begin to take on a different meaning. The concept of oversight is often misleading, due to the fact that what may appear to be lack of control can in fact be a faithful fulfillment of the political leadership's intentions. The key to a correct interpretation of oversight mechanisms lies with a clear understanding of the controlling entity's goals. When the terms of political competition induce the leadership to coordinate a particular bureaucracy's area of operation with collective policy aims, we expect to see mechanisms of oversight that will insure this coherence with overall goals. This is generally achieved through a careful delegation within a hierarchically organized bureaucracy which maintains strategic decisions at the top.

In the case where political support is based exclusively on the delivery of myriad particularistic benefits, such a design will not achieve executive goals. Because strategic policy aims are not important under these conditions, there is nothing to impede giving bureaucrats wide latitude to negotiate freely with their target group and develop policies that are most attractive to each specific clientele. Moreover, when the aim is to provide particularistic benefits to numerous distinct groups, it is in fact *more effective* to minimize interference from above. The bureaus themselves will be best attuned to the needs and interests of their target group, and thus it makes sense to give them substantial leeway to formulate policy in response to these groups. This is because there are minimal constraints in terms of policy direction and content; the only constraint is an overall resource limit. We see then that, in this case, it is politically

sound to provide each agency with a certain amount of resources and then minimize interference in actual policy formulation. We thus have a fresh understanding of a situation that has been understood as bureaucratic “autonomy”, and has been derided as a condition in which bureaucrats are more responsive to their target group than to the political leadership, often referred to as “capture”.

Conclusion

The model presented here thus provides a novel perspective of several policy-making patterns that have been criticized as ineffective from the point of view of efficient promotion of industrialization. Although they appear incoherent and inappropriate based on an assumption of the goal of *economic* efficiency, once we have a clearer understanding of what *political* strategies enjoyed a competitive advantage in this situation, we see that these patterns were consistent with political success. Political leaders failed to develop long range global planning due to the fact that such a strategy would have been politically ineffective. In addition, they failed to reign in what appeared to be a runaway bureaucracy because less oversight, rather than more, served their political purposes.

Noting that these policy-making patterns were consistent with politics as practiced during this period does not constitute a novel contribution. Almost all the authors cited above make this point. What *is* new is the explanation for *why* politics was based overwhelmingly on the distribution of particularistic benefits during this period. The model of the voting calculus presented above unravels the mystery of why we see such distinctly different patterns of executive policy-making in the advanced industrial democracies and in the later developing countries. This is one of the most important and counter-intuitive results that can be deduced from the model above: until resources for the distribution of particularistic benefits are exhausted, the most efficient deployment of resources directed toward collective policy goals such as economic development will in fact be very *inefficient* from the stand point of garnering votes and winning elections. As we have seen, programs providing broad diffuse benefits are unlikely to garner significant numbers of supporters. In the fierce competition for votes through the distribution of particularistic favors, politicians cannot afford to spare any resources for such “low-return” collective benefits programs.

In Latin America, and in much of the developing world, I argue, it is a highly skewed social structure that has delayed the exhaustion of resources for the distribution of particularistic benefits over most of its history. According to the model presented above, when a relatively inexpensive good such as a liter of milk is of significant value to the majority of voters, collective benefits policy becomes a viable option only when these very low cost particularistic benefits are no longer available. In other words, a highly inequalitarian distribution of income perpetuated through a stratified social structure that characterizes most of these regions lowers the cost of

what most voters will demand in return for their vote. The overall cost of particularistic benefits strategies are thus reduced, and exhaustion of resources for distribution is delayed. Thus, we have a new understanding of the observed paradox that the late developing polities, which face the burden of “catching up” to the early industrializers, appear to pursue this goal in an extremely haphazard and incoherent manner. Once we understand that the observed patterns in fact prove to be most effective politically under conditions of resource abundance, such actions can be understood as a rational response to the terms of political competition.

The final advantage of the model is that it allows us to understand how these patterns might change. As Fernando Henrique Cardoso noted in his study of the period, “an analysis [...] reveals that the prevalent political conditions in Brazil [...] [were] insufficient for creating a ‘planning process’ [...] It is easy to see, thus, that central planning [...], to be viable, would have depended on a complete redefinition of the political game” (Cardoso, p. 98). Why is such a redefinition now being undertaken by the analyst cited? The model presented here would suggest that it is due to changes in voting patterns favoring collective benefits. It is not implausible to argue that the economic growth generated throughout the import substitution period combined with the supply shock of the 1980’s has drastically altered the voting calculus for many Latin Americans. Through the development boom of the 40’s and the 50’s, the size of the middle class across the continent increased dramatically, and the majority of the poor left dependent semi-feudal arrangements in rural areas to live in urban slums. Both of these changes resulted in large numbers of voters demanding more value in exchange for their vote. On the supply side, the debt crisis of the 80’s left all central governments bankrupt. Thus, particularistic benefits schemes have become too expensive and politicians have been forced to develop new strategies for garnering political support. The dramatic reforms and restructuring that are now being undertaken across the continent are a consequence of this new voting calculus.

Bibliography

ABRANCHES, S. *The divided Leviathan: state and economic policy formation in authoritarian Brazil*, Ph.D. dissertation, Cornell University, 1978.

ABRANCHES, S. e BENEVIDES, M.V.M. *O governo Kubitschek*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

- CARDOSO, F.H. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- D'ARAÚJO, M.C.S. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. Masters Thesis, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1981.
- DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York, Harper, 1957.
- FIORINA, M. and NOLL, R. "Voters, bureaucrats and legislators: a rational choice perspective on the growth of bureaucracy." *Journal of Public Economics* 9: 239-54, 1978.
- GEDDES, B. *Politician's dilemma: building state capacity in Latin America*. Berkeley, University of California Press, 1994.
- HAGGARD, S. *Pathways from the periphery: the politics of growth in the newly industrializing countries*. Ithaca: Cornell University Press, 1990.
- HIRSCHMAN, A.O. *Journeys toward progress: studies of economic policy-making in Latin America*. New York, W. W. Norton, 1973.
- JACOBSON, G.C. *The electoral origins of divided government*. Boulder, Westview, 1990.
- KAUFMAN, R.R. "How societies change developmental models or keep them: reflections on the latin american experience in the 1930s and the postwar world." In: *Manufacturing miracles: paths of industrialization in Latin America and East Asia*, Gary Gereffi and David Wyman (eds.). Princeton, Princeton University Press, 1990.
- LESSA, C. "Quinze Anos de Política Econômica". *Caderno 4*, Unicamp, 1975.
- LIMA and LIMA, PINTO and HUDDLE, D.L. "Balança de pagamentos e controle de câmbio no Brasil, diretrizes políticas e história, 1946/1954." *Revista Brasileira de Economia*, vol. 18, no. 1.
- LIMA, M.R.S. and Lima Jr., O.B. "A política brasileira de comércio exterior: evolução e instrumentos", Relatório de Pesquisa. IUPERJ, 1979.
- OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge, Harvard University Press, 1965.
- _____. *The rise and decline of nations*. New Haven, Yale University Press, 1982.

PINTO, M.S. *O controle do comércio externo e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Consultec, 1962.

WIRTH, J.D. *The politics of Brazilian development, 1930-1954*. Stanford: Stanford University Press, 1970.